

Diário do Legislativo de 20/10/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

Ata da 20ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 23/9/2009

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Adelmo Carneiro Leão (substituindo o Deputado Paulo Guedes, por indicação da Liderança do PT) e Ronaldo Magalhães (por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.669/2009, em turno único, cuja relatoria avocou para si. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.478/2009 (relator: Deputado Paulo Guedes); 3.534/2009 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi); 3.603 e 3.661/2009 (relator: Deputado Getúlio Neiva), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.542, 4.567, 4.570 e 4.591/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Getúlio Neiva - Ronaldo Magalhães.

Ata da 24ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 30/9/2009

Às 10h33min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Ruy Muniz, Deiró Marra, Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ruy Muniz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Helvécio Luiz Reis, Reitor da Universidade Federal de São João del-Rei, por meio do qual encaminha Relatório de Gestão 2004-2008; e Felipe Estábil Moraes, Chefe de Gabinete da Secretária de Estado da Educação, publicado no "Diário do Legislativo" em 5/9/2009. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.527, 3.538, 3.584, 3.606 e 3.702/2009 (Deputada Gláucia Brandão); 3.618/2009 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.977, 3.612, 3.622 e 3.689/2009 (Deputado Carlin Moura); 3.552, 3.306 e 3.419/2009 (Deputado Deiró Marra); 2.261/2008, 3.347, 3.623 e 3.574/2009 (Deputado Ruy Muniz), em turno único.

Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.997/2009 (relatora: Deputada Gláucia Brandão) e 3.158/2009 (relator: Deputado Carlin Moura), ambos na forma do Substitutivo nº 2. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.202/2009, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.476/2009 (relator: Deputado Ruy Muniz) e 3.517/2009 (relator: Deputado Deiró Marra), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.481, 4.487, 4.507, 4.516, 4.523, 4.525, 4.554 e 4.580/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.444, 3.445, 3.448 e 3465/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Gláucia Brandão e dos Deputados Ruy Muniz, Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra e Carlin Moura (3) em que solicitam seja encaminhado ao Ministério Público Estadual, na Comarca de Januária, e ao Prefeito Municipal de Januária pedido de informações sobre as providências efetivamente tomadas para solucionar o problema das creches desse Município; em que solicitam seja realizada reunião com convidados para debater a situação da Uemg e da Unimontes; em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública, conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para debater a implementação do passe escolar no âmbito dos transportes coletivos urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte; Ruy Muniz e Carlin Moura (3) em que solicitam seja realizada visita à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para conhecer os trabalhos da Comissão Especial instituída para acompanhar a situação das fundações educacionais de ensino superior desse Estado; em que solicitam seja realizada visita ao Procurador-Geral de Justiça, com a presença de representante da Promotoria de Tutela e Fundações, para tratar de temas relacionados às fundações educacionais de ensino superior no Estado; em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública no Município de Três Corações para debater a situação das fundações educacionais de ensino superior no Estado; Ruy Muniz e Irani Barbosa (3) em que solicitam seja encaminhado ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte pedido de providências com vistas à manutenção, no exercício de 2010, das matrículas do 1º ano do ensino médio nas Escolas Municipais Governador Carlos Lacerda, Milton Campos, Paulo Mendes Campos, Pedro Guerra e Santos Dumont; em que solicitam seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências com vistas a apoiar a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte na manutenção, em 2010, das matrículas do 1º ano do ensino médio nas Escolas Municipais Governador Carlos Lacerda, Milton Campos, Paulo Mendes Campos, Pedro Guerra e Santos Dumont; em que solicitam seja encaminhado ao Governador do Estado e ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para a criação de uma comissão de estudos, composta por representantes do Estado, do Município, de professores e de pais de alunos, para analisar a viabilidade ou não da transferência do ensino médio das escolas municipais de Belo Horizonte para o sistema estadual; Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o incentivo ao esporte em Minas Gerais; em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Faculdade de Direito de Extrema pela excelência do ensino ministrado por essa instituição, conforme avaliação efetuada pelo Ministério da Educação e Cultura; Carlin Moura (2) em que solicita seja realizada visita ao Centro Universitário Newton Paiva, acompanhada de integrantes das entidades representativas dos estudantes e dos professores, para conhecer as instalações e o funcionamento desse Centro; em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação, à Advocacia-Geral do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências com vistas à análise e eventual encaminhamento da minuta de convênio a ser celebrado entre o Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu - Comupra - e o Estado tendo por objeto o uso de espaço da Escola Estadual Bolívar Tinoco Mineiro para funcionamento do Programa de Agroecologia Nossa Horta; Carlin Moura e Durval Ângelo em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública, conjunta com a Comissão de Direitos Humanos, para debater a situação salarial dos profissionais de educação do Município de Ibirité, bem como a eventual prática de assédio moral contra dirigentes e associados do Sind-UTE-Ibirité, Comando de Greve e Sind-Ibirité. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Carlin Moura - Ana Maria Resende - Gláucia Brandão.

Ata da 26ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 7/10/2009

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Fahim Sawan, Vanderlei Miranda e Antônio Carlos Arantes (substituindo o Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscreta pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, denúncia de possível perseguição policial e abuso de autoridade apresentada pelo Sr. Paulo César Ferreira, que teve o carro apreendido por policiais militares no dia 3/9/2009, e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Cel. PM Cezar Romero Machado Santos, Corregedor da PMMG; Pablo César, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Elicio Lima, Superintendente Nacional da Área D da Caixa Econômica Federal (1º/10/2009); Cel. PM Cezar Romero Machado Santos, Corregedor da PMMG; das Sras. Ivane S. Furtado, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça (substituta); Priscila Teixeira, Vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte (2/10/2009); e Elaine Matozinhos, Vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte (3/10/2009). O Presidente dá ciência do relatório de visita à cadeia pública de Oliveira, realizada em 28/9/2009. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Sr. Paulo César Ferreira, Líder de Usinagem, que é convidado a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.694 e 4.695/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (5) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública, com convidados que menciona, para obter esclarecimentos sobre fatos ocorridos no Estádio Mineirão, durante uma partida de futebol entre Cruzeiro e Palmeiras, no dia 23/9/2009, ocasião em que tiros de borracha desferidos pela polícia militar do Estado atingiram o olho direito da criança Douglas Henrique Marinho de Oliveira; para debater o massacre de Ipatinga e promover o lançamento do livro do jornalista Marcelo Freitas sobre esse tema; para debater o projeto de lei de iniciativa popular em tramitação no Congresso Nacional, com vistas a modificar a legislação eleitoral vigente e proibir a candidatura a cargos eletivos de pessoas que respondam a processos judiciais - o projeto apelidado de "lista suja"; seja realizado debate público sobre "Educação em Direitos Humanos"; e seja encaminhado à TV Leste, à TV Sistec e à TV dos Vales pedido de providências com vistas ao envio a esta Comissão de imagens do julgamento ocorrido em 28/7/2009, no Fórum Desembargador Faria e Souza, em Caratinga, relativamente ao crime de homicídio em que figura como vítima João Alves Calazans; Ivair Nogueira em que solicita seja realizada reunião para ouvir Mariluzia Cristina Rabelo de Melo e Alicieny Amaral de Castro, funcionárias da Prefeitura Municipal de Carmópolis, que irão discorrer sobre possíveis ameaças e perseguições que estão sofrendo nesse órgão; e Vanderlei Miranda em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, com convidados que menciona, para discutir denúncia de perseguição policial e abuso de autoridade apresentada pelo Sr. Paulo César Ferreira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 3ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 7/10/2009

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do BSD), membro da supracitada Comissão. Nos termos do § 3º do art. 125 do Regimento Interno, a Presidente, Deputada Ana Maria Resende, declara aberta a reunião e, com base no inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a exploração de minério de ferro no Norte de Minas, em especial no Município de Rio Pardo de Minas, bem como incentivos fiscais, logística, investimentos e outros. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Antônio Pinheiro da Cruz, Prefeito Municipal de Rio Pardo de Minas; Jose Maria Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Rio Pardo de Minas; João César de Freitas Pinheiro, Diretor-Geral Adjunto do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM -, representando o Diretor-Geral desse Departamento, Miguel Antônio Cedraz Nery; Eduardo Carlos Jardim Mozelli, Superintendente de Política Energética da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, representando o Secretário da referida Pasta, Sérgio Barroso; Alexandre Couri Sadi, Diretor-Presidente da Mineração Minas Bahia - Miba; Rubens Vargas Filho, Coordenador Regional de Relações Institucionais da Vale, representando o Diretor-Presidente dessa Empresa, Roger Agnelli; e Mário Júnior, Diretor Administrativo da Mtransminas Mineração, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, cumprida a finalidade da reunião, agradece aos convidados e demais participantes pela presença e pelos importantes subsídios prestados e, em especial, ao Prefeito Antônio Pinheiro pelo empenho na realização do evento. A seguir, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2009.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Célio Moreira - Ronaldo Magalhães.

Ata da 14ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 7/10/2009

Às 14h20min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Chico Uejo, Ronaldo Magalhães e Fábio Avelar (substituindo este ao Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Braulio Braz. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e passa à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.960/2009 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Sebastião Costa). O Presidente informa que na reunião anterior foi distribuído avulso do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, sobre o Projeto de Lei nº 3.481/2009, que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1 e pelo desmembramento de parte da proposição original e sua apresentação na forma de cinco projetos de lei. Anunciada a discussão, o Presidente informa que sobre a mesa encontra-se requerimento de autoria do Deputado Delvito Alves, solicitando o adiamento de discussão do referido projeto. Submetido a votação, é rejeitado o requerimento de autoria do Deputado Delvito Alves. Encerrada a discussão, o Presidente submete a votação o parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, que é aprovado. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.955/2009 (relator: Deputado Ronaldo Magalhães, em virtude de redistribuição), e 3.680/2009 (relator: Deputado Delvito Alves). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Domingos Sávio - Gustavo Valadares - Padre João.

Ata da 27ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 14/10/2009

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Inácio Franco, Juarez Távora, Ademir Lucas (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD) e João Leite (substituindo o Deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Inácio Franco, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Wilma Luiza Santana, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e do Sr. Pely Cipriano, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República (2/10/2009); e do Sr. João Reis Santana Filho (2), Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional (3/10/2009). Em seguida, comunica que está aberto até o dia 19/10/2009 o prazo para o recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 3.840/2009. Registra-se a presença dos Deputados Adelmano Carneiro Leão, que assume a Presidência dos trabalhos, e Antônio Júlio. O Deputado João Leite ausenta-se da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.679/2009 é retirado da pauta por determinação do Presidente, por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.123/2008 (relator: Deputado Domingos Sávio), 3.149/2009 (relator: Deputado Juarez Távora), 3.255/2009 (relator: Deputado Zé Maia), 3.300/2009 (relator: Deputado Antônio Júlio, em virtude de redistribuição) e 3.515/2009 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Adelmano Carneiro Leão); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.131/2008 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (relator: Deputado Inácio Franco), 3.115/2009 (relator: Deputado Adelmano Carneiro Leão) e 3.238/2009 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde (relator: Deputado Adelmano Carneiro Leão). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.595/2009, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Inácio Franco. Registra-se a presença do Deputado Carlin Moura. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.686/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Júlio e Juarez Távora (4) em que solicitam seja encaminhado ao Governador do Estado, ao Prefeito Municipal de Congonhas e ao Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional pedido de providências com vistas ao envio de informações sobre a implantação de distrito industrial nesse Município, a serem utilizadas na elaboração de informativo mensal que será distribuído à população local; seja encaminhado ao Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências com vistas à agilização dos estudos e do relatório de impacto ambiental da implantação de distrito industrial em Congonhas; seja encaminhado ao Diretor-Presidente da Codemig pedido de providências com vistas à agilização da elaboração do cadastro das propriedades para a implantação de distrito industrial em Congonhas; e seja encaminhado ao Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional pedido de providências com vistas a que se dê preferência à população de Congonhas e região na contratação de empresas, fornecedores, prestadores de serviços e mão de obra para a implantação de distrito industrial nesse Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a realizar-se no dia 15/10/2009, às 10 horas, com a finalidade de apreciar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.962 e 3.679/2009 e o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.595/2009; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2009.

Zé Maia, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Eros Biondini - Inácio Franco.

Ata da 14ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 14/10/2009

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Elmiro Nascimento, Neider Moreira e Carlin Moura (substituindo o Deputado Padre João, por indicação da Liderança do Bloco PMDB - PT - PCdoB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Gil Pereira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.619/2009, no 1º turno, com as Emendas nºs 3 e 4, recebidas em Plenário, do qual avocou a si a relatoria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente determina a distribuição de avulsos de seu parecer sobre as emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 3.619/2009, em 1º turno, o qual conclui pela aprovação da Emenda nº 3 na forma da Submenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 4. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.729 a 4.733/2009 e 4.755/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 15/10/2009, às 10h30min, para apreciar o parecer sobre as emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 3.619/2009, em 1º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Weliton Prado - Zé Maia - Neider Moreira - Carlin Moura.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 94ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/10/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.679/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird -, e dá outras providências (Faixa constitucional). A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.366/2008, do Deputado Fahim Sawan, que determina aos hospitais, às casas de saúde e às clínicas conveniadas com o SUS a colocarem em local visível e de maior circulação de público a informação "Temos convênio com o SUS", na forma que menciona. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Saúde opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Saúde. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela aprovação da Subemenda nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.619/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 8.655, de 18/9/84. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública que opina pela aprovação das Emendas nºs 3 e 4, na forma das Subemendas nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.556/2008, da Deputada Gláucia Brandão, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedos adaptados para crianças portadoras de deficiência nos locais que especifica. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Laranjal o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.255/2009, do Governador do Estado, que cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - HidroEx -, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Ijaci nos termos da Lei nº 11.620, de 4/10/94. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.515/2009, do Deputado André Quintão, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 14.599, de 2003, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matias Barbosa o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.439/2009, do Governador do Estado, que altera as Leis nºs 15.787, de 27/10/2005, e 17.006, de 25/9/2007, e transforma cargos pertencentes ao Grupo de Atividades de Ciência e Tecnologia do Poder Executivo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.553/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 166, de 25/1/2009. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.595/2009, do Governador do Estado, que altera o Anexo da Lei nº 16.678, de 10/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 26ª Reunião Ordinária da Comissão DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 20/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.056/2009, do Deputado João Leite; 3.355/2009, do Deputado Gilberto Abramo; 3.708/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.741/2009, do Governador do Estado; 3.784 e 3.786/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.799/2009, do Deputado Adalclever Lopes; 3.803/2009, do Deputado Délio Malheiros; 3.826/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.125/2008, do Governador do Estado; 3.378/2009, do Deputado Dimas Fabiano; 3.386/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.644/2009, do Deputado Lafayette de Andrada; 3.673/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.773/2009, do Deputado Weliton Prado; 3.780/2009, do Deputado Wander Borges; 3.781 e 3.782/2009, do Deputado Adalclever Lopes; 3.796/2009, do Governador do Estado; 3.798/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.801/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.804/2009, da Deputada Gláucia Brandão; 3.807/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.812/2009, do Deputado Padre João; 3.817/2009, do Deputado Almir Paraca; 3.819/2009, do Deputado Lafayette de Andrada; 3.821/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.823/2009, do Deputado Rêmoló Aloise.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 20/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.749/2009, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 23ª Reunião Ordinária da Comissão DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 20/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.399/2008, do Deputado Walter Tosta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.731/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 3.424/2009, do Deputado Padre João; 3.592/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.665/2009, do Deputado Célio Moreira; e 3.748/2009, do Deputado Domingos Sávio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 26ª Reunião Ordinária da Comissão DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 20/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.789/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 26ª Reunião Ordinária da Comissão DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 20/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.791/2009, da Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 30ª Reunião Ordinária da Comissão DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 20/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, a situação das famílias residentes no Projeto de Assentamento Betinho - PA Betinho -, no Município de Bocaiúva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 20/10/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 2.366/2008, do Deputado Fahim Sawan, que obriga os hospitais, as casas de saúde e as clínicas conveniadas com o SUS a colocar em local visível e de maior circulação de público a informação "Temos convênio com o SUS", na forma que menciona; 2.556/2008, da Deputada Gláucia Brandão, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedos adaptados para crianças portadoras de deficiência nos locais que especifica; 2.962/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica; 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Laranjal o imóvel que especifica; 3.255/2009, do Governador do Estado, que cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas e dá outras providências; 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Ijaci nos termos da Lei nº 11.620, de 4/10/94; 3.439/2009, do Governador do Estado, que altera as Leis nºs 15.787, de 27/10/2005, e 17.006, de 25/9/2007, e transforma cargos pertencentes ao Grupo de Atividades de Ciência e Tecnologia do Poder Executivo; 3.515/2009, do Deputado André Quintão, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 14.599, de 2003; 3.553/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 166, de 25/1/2009; 3.595/2009, do Governador do Estado, que altera o Anexo da Lei nº 16.678, de 10/1/2007; 3.619/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 8.655, de 18/9/84; e 3.679/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 19 de outubro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Genaro, Delvito Alves, Fahim Sawan e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/10/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter, em audiência pública com convidados, esclarecimentos, na perspectiva da defesa dos direitos humanos, sobre os transplantes realizados no Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 8/10/2009

O Deputado Carlos Gomes* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, hoje venho a esta tribuna falar das Olimpíadas de 2016. Todos nós, brasileiros, comemoramos a escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016.

A última sexta-feira, dia 2 de outubro, foi um dia histórico para o esporte olímpico e paraolímpico brasileiro. Pela primeira vez na história dos jogos olímpicos, o Comitê Olímpico Internacional - COI - escolheu uma cidade da América do Sul para abrigar o maior evento esportivo do mundo.

A vitória brasileira é a vitória de toda a América do Sul, com mérito especial para o governo do Presidente Lula.

A escolha do Rio de Janeiro é também reconhecimento inquestionável do momento em que vive o País, onde prevalece a estabilidade econômica, democrática e social. A realização dos jogos representará um legado de desenvolvimento para a cidade do Rio de Janeiro e também para o Brasil. Ocorrerá uma transformação social, esportiva e econômica e, com certeza, a consequente geração de impactos positivos em todo o País. São previstos investimentos diretos de aproximadamente R\$26.000.000.000,00. Além da já sentida melhoria da autoestima do nosso povo, haverá um enorme desenvolvimento no turismo. Será um momento importante para a qualificação e preparação da mão de obra, haverá oportunidades para a juventude desenvolver-se. Pode-se constatar, com certeza, uma previsão de cerca de 125 mil empregos por ano. Isso significa que, nos próximos sete anos, geraremos em torno de um milhão de empregos. Além da geração de renda e de empregos, com certeza o nosso país irá desenvolver-se e será incluído, nos próximos anos, entre as principais potências do mundo. Já somos uma das principais economias, mas nos inseriremos entre as cinco primeiras do mundo.

A delegação brasileira que se apresentou em Copenhague, na Dinamarca, ao Comitê Olímpico Internacional, contou com a presença do Presidente Lula, do nosso querido rei Pelé, ex-jogador, do Sr. João Havelange, ex-Presidente da Fifa, do Sr. Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, e de diversas outras autoridades esportivas e políticas do Estado do Rio de Janeiro e de todo o País.

O Presidente Lula mostrou otimismo em seu discurso e disse que o Brasil estava pronto para vencer os desafios de sediar os jogos. Ele disse: "Represento as esperanças e sonhos de mais de 190 milhões de brasileiros. O Brasil é o único país que nunca teve essa honra. Para os outros países - ou seja, Estados Unidos, Espanha e Japão - seria apenas mais uma Olimpíada. Mas para nós, para o Brasil, sem nenhuma dúvida, é uma oportunidade única. As portas do Brasil estão abertas para a mais bela competição. Se nos derem essa chance, não se arrependerão. Os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro serão inesquecíveis, pois estarão cheios da magia e da paixão do povo brasileiro".

Parabéns, Presidente Lula. Foi muito bom ver ali, mais uma vez, o Presidente, que, às vezes, se emociona. Foi um momento muito importante. Ele falou com o coração para o povo brasileiro, falou sobre a esperança que tem. O Presidente acabou contagiando todos nós com essa emoção ao ver o nosso país, naquele momento importante, sendo observado por todo o mundo. Mostramos que, além de sermos o País do futebol, como sempre fomos chamados, somos também um País de todos os esportes.

Parabéns, Comitê Olímpico Brasileiro e Prefeitura do Rio de Janeiro! Parabéns a cada brasileiro e a toda a delegação. Acho que é o momento de todos sentirmos um grande orgulho com esse feito.

Em sua coluna no "Hoje em Dia" de hoje, Carlos Lindenberg escreveu sobre o tema que, por sua importância e pelo que representa para o

nosso povo e o País, é pouco falado e comentado. Trata-se não só do aspecto da autoestima, já importante, mas do grande investimento que se faz, que não podemos chamar de gasto porque não só no período de implantação, nos próximos sete anos, mas bem além disso será um grande incentivo ao turismo, à geração de emprego e ao desenvolvimento, para que nosso país se insira entre as principais potências do mundo. Então, parabenizando o "Hoje em Dia" pela matéria, vou ler alguns trechos do artigo de hoje do jornalista Carlos Lindenberg, intitulado "De cucaracha às Olimpíadas do Rio". (- Lê:)

"Ganhou o Rio, ganhou o Brasil e, algum dia, o brasileiro ainda vai ganhar e melhorar o IDH, hoje patinando na faixa do 75º lugar no mundo. Será como disse o Presidente Lula: uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU é uma questão de tempo. As Olimpíadas foram apenas o coroamento de uma evolução. É o reconhecimento não só da diplomacia brasileira, mas dos brasileiros, da sua economia, sua força, suas praias, seu futebol, seu vôlei, sua natação, suas exportações de soja e de carne, superando as dos EUA".

Mais ao final, fala, em outras palavras, que o Brasil ocupou em Honduras um espaço antes reservado aos Estados Unidos, que mandavam e desmandavam nas Américas. Então, parabenizo o jornal "Hoje em Dia" e o jornalista Carlos Lindenberg. Acho que neste momento todos ganham: ganha o povo brasileiro, em nossa autoestima e na renovação da esperança de melhorar sempre. Quando se fala aqui em melhorar o IDH, sei que temos a esperança de que, ao avançar rumo à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016, o Brasil se insira de forma mais clara e definitiva entre as primeiras potências do mundo. E não podemos imaginar que isso diga respeito apenas ao crescimento econômico. Esse crescimento deve-se dar da mesma forma como vimos crescendo hoje - lembrando que fomos o último País a entrar na crise de setembro de 2008 e o primeiro sair dela -, um crescimento de forma sustentável, com inclusão social e com distribuição de renda.

Por último, Sr. Presidente, quero falar de um assunto muito importante. Nossa bancada esteve com o Governador em exercício, Anastasia, para tratar de, entre outros, um assunto de que já vimos falando há algum tempo na Comissão de Política Agropecuária, com o Deputado Padre João ainda na Presidência: refiro-me ao imposto zero para a agricultura familiar. É um absurdo que alguns produtos como doces, rapaduras e outros pequenos produtos da agricultura familiar ainda paguem um imposto de 18%. E o decreto já foi aprovado, mas não entra em vigor. Essa discussão já se prolonga há quase dois anos - não estava aqui no ano passado, mas sei que essa discussão já vem de algum tempo. Nosso desejo era que se adotasse o imposto zero -, não é isso, Deputado Padre João, que acompanhou esse assunto como Presidente da referida Comissão?

Nossa bancada esteve com o Governador em exercício, Anastasia, que nos prometeu que, a partir da semana que vem, já colocaria em prática o que foi aprovado pela Lei nº 11.947, ou seja, que as Prefeituras tenham que adquirir no mínimo 30% dos produtos da agricultura familiar em suas compras. E que o imposto cobrado até então entrará em um período de cobrança de apenas 3%.

Por isso, comprometemo-nos com nossa bancada em que seria uma questão apenas de regulamentação e de implantação para cobrança, não conseguindo chegar a 0%, mas conseguindo cair de 18% para 3%. Portanto, é um momento bom para nossa agricultura familiar, mas é preciso que haja essa compreensão por parte do governo do Estado em aplicar a Lei nº 11.947, com a retirada, a queda do imposto de 18% para 3%. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio - Ouvimos atentamente o discurso do Deputado Carlos Gomes. A questão da agricultura familiar em Minas Gerais tem sido tratada com o maior descaso por este governo. Há dois anos, fizemos audiência pública e discutimos a situação. Não tem a mínima lógica o que o governo faz com o pequeno agricultor que participa desse programa. Essa cobrança de ICMS é feita de forma totalmente equivocada pelo governo. Isso foi confirmado pela Secretaria de Fazenda, que pensava que não se deveria cobrar, mas continua cobrando e inviabilizando a maioria dos negócios da agricultura familiar. Isso porque o produto costuma ser mais barato no supermercado, pois o agricultor familiar tem que incluir, só de ICMS, 18% em alguns casos. Essas pessoas entenderam que, em uma economia de inflação zero, 18% passou a ser um valor exorbitante para qualquer tipo de negócio.

Portanto, o Deputado Carlos Gomes está totalmente correto. Esperamos que o governo resolva desta vez. Nunca vi tanta má vontade do governo atual com o produtor rural e com as pessoas que vivem no campo, principalmente os pequenos.

Fazemos esse paralelo porque ontem, na Comissão de Fiscalização Financeira, o Deputado Juarez Távora e eu fomos a Congonhas do Campo verificar a questão do distrito industrial que está sendo implantado para atender a CSN. Lá o produtor rural é tratado da mesma forma. O governo vai desapropriar 450 propriedades rurais, ou seja, 450 produtores rurais serão jogados para fora da sua propriedade para atender o capitalismo. Esse capitalismo selvagem, que é apenas uma forma que essas empresas têm de, cada vez mais, usufruir das benesses do governo, usufruir de tudo a que têm direito para aumentar seus lucros. O que vimos em Congonhas foi uma pressão terrível. O governo não define se vai desapropriar, faz levantamento, vai para lá, vem para cá, não tem licenciamento.

Deputado Padre João, licenciamento ambiental lá não é problema porque é para atender a CSN. Para eles, pode tudo. Para eles, não existe legislação. Mas para o pequeno agricultor familiar há todos os rigores da lei. Lá não, estão desapropriando 450 famílias, Deputado Padre João. V. Exa. conhece aquele problema. Não somos contra nem estamos fazendo nenhuma campanha contra a instalação da CSN. Não é esse o discurso.

O nosso discurso é sobre o jeito como estão procedendo, parecendo estarmos na época da ditadura. O governo federal, juntamente com o governo do Estado, já confiscou 20% de todas as propriedades rurais em Minas Gerais e no Brasil. Você tem que pegar 20% da sua propriedade, entregar ao governo e ainda tem que arcar com as despesas da incorporação e da averbação no cartório de registro de imóveis. Então, estamos vivendo um momento de insegurança no campo.

O MST tem direito a tudo. Pode acabar com o meio ambiente, furtar, roubar, assaltar, matar, que para ele não existe lei. Mas para o produtor rural, que está instalado e vendo a sua propriedade ser invadida, há os rigores da lei. Os que andam fora da lei não enfrentam nenhum rigor e ainda têm as benesses do governo.

O que vimos ontem em Congonhas nos deixa preocupados. Vimos o descaso do Prefeito, que não quis participar da reunião. Terão que fazer toda uma modificação do Plano Diretor de Congonhas, e é preciso haver discussão mais ampla. Os Vereadores reclamaram porque a Câmara Municipal está fora da discussão. É preciso haver essa discussão para que Congonhas receba o investimento que, em termos de grandeza financeira, é a mesma coisa que o investimento que o governo fará na Copa do Mundo de 2014. Os parâmetros são os mesmos. Isso é que nos deixa tristes.

Estou fazendo todo esse preâmbulo para dizer o que está acontecendo no que se refere à questão ambiental em Minas Gerais. A Secretaria de Meio Ambiente faz campanhas para a coleta seletiva de lixo, para que as pessoas não deixem o lixo de qualquer forma. O Ministério Público está amolando os Prefeitos, obrigando-os a fazer aterro sanitário ou resolver o problema do lixo sólido. O Prefeito de Papagaios, na maior boa-fé, atendendo a um apelo da Secretaria de Meio Ambiente, está fazendo o aterro sanitário. Papagaios é uma das poucas cidades que tem 100% do esgoto coletado e tratado, e agora iriam começar a cuidar do lixo sólido. A Secretaria tem um projeto do qual o Prefeito participou e envolveu toda a comunidade de Papagaios, as pessoas que foram preparadas para fazer a coleta seletiva. Fizeram a coleta, Deputado Doutor Viana, e sabe o que aconteceu? O que estamos denunciando todo dia aqui, Deputado Padre João: a fiscalização da Feam foi lá, fechou o

depósito do lixo que foi coletado pela comunidade e multou a Prefeitura em R\$10.000,00.

Deve haver alguma coisa errada na Secretaria de Meio Ambiente ou há funcionários lá ganhando pouco e usando do seu poder de fiscalização para criar dificuldade para o Governador Aécio Neves. Só eles é que não estão vendo isso. O Governador ainda está cercado do puxa-saquismo excessivo, todo o mundo quer bajulá-lo, quer dizer que ele é muito bonito, que é muito bom, mas se esquecem do que está acontecendo no interior. O governo prepara campanha de coleta de lixo, Deputado Carlos Pimenta, a comunidade participa, o povo participa, e o fiscal vai lá e multa o Prefeito em R\$10.000,00 porque ele fez a coleta de lixo.

Parece que estamos com picuinha, com perseguição. Isso aconteceu esta semana, e os documentos estão aqui para quem quiser ver. O Prefeito é um dos mais corretos que conheço, do PSDB, Deputado Wander Borges, faz o trabalho que o governo e as campanhas pedem, achando que está abafando, que está fazendo a melhor coisa para o meio ambiente, e foi multado em R\$10.000,00 porque fez bem feito e fez aquilo que as leis ambientais exigem. Há alguma coisa equivocada nisso.

Todas as vezes que o governo começa a ter atrito com seus funcionários, a nossa região é alvo de fiscalização. Há um tempo, na época do Governador Eduardo Azeredo, fiscais da Fazenda foram expulsos de Papagaios porque ninguém aguentava mais a fiscalização.

É da mesma forma como ocorreu no Sul de Minas, na fiscalização das fabriquetas de malha. Volto a dizer - aliás, direi isto toda semana - que o governo deve preparar-se, pois haverá um levante. Algumas comunidades se organizarão e enfrentarão esse tipo de fiscalização, principalmente a população do campo, que está acuada, com medo e condenada. Ademais, é tratada como bandida nas mãos dessas pessoas, aliás, do próprio Ministério Público, que parece ter acordado e agora vê que não pode tratar o produtor rural dessa forma, como alguns Promotores do interior estavam fazendo. Para não cair no esquecimento, repetirei o que se passou em Pará de Minas, minha cidade, há 45 dias. Um produtor rural foi condenado criminalmente, com "sursis", porque roçou perto do curral, sem a análise final do órgão ambiental do recurso. Isso não tem lógica. O que o trabalhador falou para o Promotor? Levantou-se e disse: "Lá o senhor me humilhou, desacatou-me, não quis me ouvir, fez com que ficasse calado e me condenou a não ter direito nem de trabalhar".

Ele começa a retirar o leite às 4 horas. Todavia só podia começar a retirá-lo às 5 horas. Isso é um outro absurdo. E disse ainda mais: "Agora, aqui, nesta audiência pública, o senhor me ouvirá". Esse é um dos motivos pelos quais tenho falado da reação das pessoas que não aguentam mais esse tipo de fiscalização que se implantou em Minas Gerais. Até digo isso, Deputado Wander Borges, porque alguém tem de levar essa notícia ao Governador.

Sou amigo do ex-Governador Itamar Franco. Na época em que ele era Governador, iriam fazer isso com ele também, ou seja, uma campanha de fiscalização no Estado de Minas Gerais para desmoralizar o governo. Ninguém queria falar. Como amigo, fui conversar com o Governador Itamar Franco para avisá-lo de que estavam preparando esse tipo de fiscalização, que tem como objetivo apenas desgastar o governo. O Governador Itamar Franco imediatamente tomou providências e não deixou que aquilo ocorresse. Aliás, o Eduardo Azeredo pagou caríssimo pela fiscalização com o intuito apenas de desgastar o governo. Quer dizer, não estavam preocupados com a arrecadação, mas, sim, em desgastar o governo.

Geralmente falo sobre a questão ambiental no Estado e no Brasil e penso que ninguém está preocupado com a preservação ambiental, mas, sim, com a arrecadação ambiental. E, se é feita qualquer fiscalização, a preocupação centra-se no recebimento, ou seja, em quanto se poderá receber. Considerando a forma como essas pessoas veem essa questão, não sobrarão ninguém sem ser multado. Hoje não se pode nem arrancar uma grama do jardim. Se o cidadão estiver fazendo a retirada de capim, de grama ou de outra vegetação de sua horta, correrá o risco de ser multado.

Deputado Padre João, há aproximadamente um ano e meio, apresentaram uma emenda a um projeto que me fez levantar e dizer: "Os senhores estão ficando doidos". Sabe o que queriam fazer, Deputado Padre João? Dar autonomia ao policial militar ambiental que chegasse a uma fazenda da zona rural. Se a D. Maria estivesse cozinhando feijão com lenha, poderia ser multada - aliás, não pela utilização da lenha, mas pela emissão da fumaça -, e a multa seria no valor de R\$5.000,00 a R\$50.000.000,00. Abordei isso praticamente sozinho, pois nem a imprensa nem ninguém falou sobre isso. Depois descobrimos que o interesse maior era conseguir um mecanismo para multar os plantadores de cana, quando queimam a palha. Portanto, as multas poderiam chegar a R\$50.000.000,00. O policial militar ambiental multaria a D. Maria, que estava cozinhando o feijão ou fazendo sabão - o que ainda é uma tradição em alguns lugares -, porque ela estaria poluindo o meio ambiente com fumaça.

Essas coisas têm acontecido, e, às vezes, a imprensa não divulga por causa da mordada. Sabemos que essas notícias não passam na triagem da mordada.

Um outro exemplo foi a criação da taxa de utilização da faixa de domínio em alguns lugares, como no Sul de Minas e no Triângulo Mineiro, onde as pessoas plantavam até à beira da rodovia e utilizavam parte da faixa de domínio. No entanto, alguém da Secretaria de Fazenda disse que era preciso cobrar pela utilização desse espaço. E sabem quanto eles queriam cobrar? Sabem qual o valor por hectare? Quando falamos, muitos riem: R\$85.000,00 por hectare. E ainda havia pessoas que defenderam isso. Lembro-me de quando discuti isso aqui e bati nessa tecla, mas eles não queriam revogar essa decisão, apenas pediram ao Deputado Elmiro Nascimento para fazer uma emenda. O Deputado Elmiro Nascimento apresentou uma emenda para fazer cair essa taxa para R\$60.000,00. Não acreditando no que ele fez, eu disse a ele: "Elmiro, você está louco. Você vai pagar caro por essa irresponsabilidade, que é de alguém do governo". Aí ele retirou a proposta.

Já o Deputado Alberto Pinto Coelho queria votar o projeto de lei de qualquer jeito. Por várias vezes falei que estava errado, até chegar a um ponto em que disse: "Olha, vou fazer uma coisa: não vou obstruir mais, não. Vamos votar o projeto original. Já que estão achando que estão defendendo o Governador e que não podemos falar nada, vamos votar o projeto original".

Deputado Sargento Rodrigues, além da faixa de domínio a R\$85.000,00 por hectare, eles cobraram R\$65.000,00. O maior faturamento daqueles proprietários de "outdoor" na beira da estrada chegava a R\$45.000,00, e a taxa de ocupação, a R\$65.000,00. Então, essa ganância está chegando ao limite da tolerância. Na época da Inconfidência Mineira, foi 20% e deu todo aquele tumulto com o princípio de uma rebelião. Desse jeito, Minas Gerais está ficando insustentável.

Mando um alerta ao Governador: acorde! Agora, vocês, que estão perto do Governador e que devem estar me ouvindo, levem a ele esses problemas que estão acontecendo. O que acabei de retratar aqui é o mais recente. O Prefeito faz uma limpeza na sua cidade atendendo a todas as exigências de preservação ambiental e é multado em R\$10.000,00 por fazer coleta seletiva de lixo. Será que essas pessoas querem que se faça coleta de lixo? Até falei ao Prefeito que, se fosse eu, juntava todo esse lixo e o despejava lá na Secretaria de Meio Ambiente. Estamos precisando é de pessoas corajosas para começar a tomar essa atitude e mostrar que não há lógica nisso. Não estou aqui defendendo ninguém que venha a agredir o meio ambiente, mas temos de continuar defendendo-o e relatando esses absurdos para que, pelo menos, eles diminuam em Minas Gerais.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, ilustres Deputados presentes, senhoras e senhores, pessoal da imprensa e povo de Minas Gerais, tratarei de um tema específico nesta tarde: a situação difícil por que as prefeituras de Minas Gerais passam, e até citarei alguns exemplos.

Gostaria de, no meu pronunciamento, fazer coro com as palavras do Deputado Antônio Júlio no que diz respeito às questões ambientais. Destaco três pontos: primeiro, o Norte de Minas, minha região, está sofrendo terrivelmente com a questão ambiental - com decretos e com a legislação de modo geral, sendo praticamente tudo isso decorrência de uma legislação federal que qualificou parte do Norte de Minas como mata atlântica. Talvez, há milhões de anos, o Norte de Minas tenha tido o Atlântico, mas, agora, o nosso cerrado é totalmente diferente da mata atlântica. Por outro lado, estou consciente e defendo que o governo de Minas Gerais tem de romper imediatamente um convênio que existe entre ele e o governo federal relacionado à fiscalização ambiental em nosso Estado.

Foi feito um convênio por meio do qual o IEF passou a ser o órgão executor, ou seja, o emissor dessas multas, o aplicador de todo o rigor da legislação. Tudo isso em decorrência de uma legislação federal. Eles fazem a legislação em âmbito federal, escrevem os artigos, a lei rigorosa, isto é, a canetada vem de Brasília, e o governo do Estado, obedecendo a legislação federal, passa a ser o órgão executor, por meio do IEF.

Foi feito um remanejamento no IEF. O governo do Estado tem recebido a bancada de Deputados do Norte de Minas. Tivemos audiências com o Governador Aécio Neves, o Secretário Danilo de Castro, o José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente, e o Gilman Viana, Secretário de Agricultura, buscando encontrar uma solução para essa situação. Essa solução foi encontrada com a criação do Projeto Jaíba, que declara a área como de interesse social, com a presença mais forte do governo do Estado, por meio da Copasa e da Cemig. Buscava-se, assim, entendimento relativamente às questões ambientais do Jaíba. Entretanto, o problema não é só o Jaíba; ele se estende por toda a região, ou seja, atinge o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Outro dia, o Deputado Getúlio Neiva falou sobre essas questões ambientais.

Acredito que o problema principal, a ferida, a dor situa-se exatamente nessa ponte, nesse laço do governo do Estado com o governo federal. Este fez a legislação, e o governo do Estado, não sei se inocentemente - quero acreditar que o foi -, passou a ser o órgão executor das medidas formuladas pelo primeiro. Vamos, novamente, realizar uma reunião da bancada do Norte de Minas, e gostaria de convidar o Deputado Getúlio Neiva para participar dela. Aliás, o Norte de Minas e o Jequitinhonha são irmãos, já que enfrentam as mesmas dificuldades. Os problemas são os mesmos e as situações, idênticas. A partir de agora, Getúlio, quando nos reunirmos, contaremos com a sua presença, que é tão importante, porque os nossos problemas são os mesmos da região do Jequitinhonha e do Mucuri. Também sou do Jequitinhonha; nasci em Capelinha, onde passamos por grandes dificuldades. Temos de mostrar ao governo do Estado que a manutenção desse convênio com o governo federal é inconveniente. Vamos respeitar a legislação federal? Vamos. Eles também cuidam das multas. O Ibama cuida; o Ministério do Meio Ambiente, que tem à frente o competentíssimo Ministro Minc, também cuida. E o Estado fica, como se diz na gíria, entrando de gaiato nessa história. Executa a legislação federal, e a culpa recai sobre o Governador Aécio Neves, que tem realizado um grande trabalho em benefício do nosso Estado. Esse problema ambiental tem de ser resolvido.

Estamos falando de uma região que paralisou todas as suas atividades. Mais de 200 mil produtores rurais não podem trabalhar as suas terras, e o caos e as dificuldades se estabeleceram. O pessoal está em uma situação difícil, pois possui a terra, mas é como se não a possuísse. Conversei com um proprietário do Norte de Minas, que me disse estar enganando a si mesmo, pois, se precisasse fazer um chiqueiro no fundo de sua casa e tivesse de cortar uma árvore, teria de pegar um facão ou uma motosserra e cortá-la na calada da noite. Se fizer isso durante o dia, será multado. Então, ele não pode trabalhar no que é seu. Em nossa região, eles não sabem fazer outra coisa, a não ser trabalhar a terra, plantar feijão, arroz e milho. Portanto, a situação é difícil.

Estava pensando e até ouvi alguns companheiros, como o Marcelo Brant, Prefeito de Glaucilândia, que disse que o problema todo é o famigerado convênio entre o governo do Estado - leia-se IEF - e o governo federal. Eles criam a multa, e o governo do Estado tem de aplicá-la e fazer a cobrança. Então, vamos transferir o problema para quem o criou. Na minha região, há um ditado que diz: "Quem pariu Mateus que o embale". Então, que o governo federal também execute as multas.

O Governador Aécio Neves tem feito muitos acertos importantes no nosso Estado - falarei de alguns deles - e ajudado nossos Prefeitos nessa crise terrível pela qual estão passando. O governo do Estado paga conta que não é sua, leva a culpa de algo que não fez e está fazendo em função de acordo vigente. É claro que, na Secretaria de Meio Ambiente e no IEF, não há somente santinhos. Conhecemos bem muita gente lá. Foram pessoas de vários governos que deram essa fama ao Estado de Minas Gerais de ser rigoroso na legislação, pois não a descumprimos.

O Norte de Minas é a região que mais sofre com essa legislação florestal. Aliás, temos duas legislações: uma que vale para o Estado todo e outra que vale para o Norte de Minas. No Triângulo, o mais difícil é ver uma matinha, uma reserva. Você anda horas de carro e só vê trigo, soja e milho. Não se vê árvore alguma para descansar. E lá a reserva é de 3%; nossa reserva é de 57%. Se você vai ao Sul de Minas, só vê café e cana-de-açúcar; se vai às outras regiões, a degradação é total. Se Minas tem hoje alguma reserva, deve isso ao Norte de Minas. O Norte mineiro é o maior preservador ambiental que temos. Não se vê o pescador dessa região praticando pesca predatória, não se vê desmatamentos, como acontece nas outras regiões. O coitado está ali para plantar e comer, mas não está conseguindo plantar e subsistir com essa legislação e essa fiscalização do Estado.

Deixo claro, Deputado Antônio Júlio, que concordo com V. Exa., mas não podemos apenas creditar tudo o que está acontecendo ao Governador Aécio Neves. A partir deste momento, devemos defender o rompimento definitivo de convênio existente entre o governo de Minas, IEF, e o governo federal, Ibama. Fizeram a legislação, então façam com que seja cumprida.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Deputado Carlos Pimenta, o que tenho dito contém um pouco a história das nossas divergências passadas. Conte o caso dos "outdoors", da área de faixa de domínio, em que queriam cobrar R\$85.000,00 por hectare para utilização, e sabe quem resolveu isso em menos de 2 minutos de conversa? O Governador Aécio Neves. Ele tomou a providência, e fui eu que levei as dificuldades ao seu conhecimento, porque os donos de "outdoors" estavam preparando grande manifestação no Estado. Na ocasião, pedi-lhes que não a fizessem porque eu falaria com o Governador. E as pessoas daquele puxa-saquismo que denunciou chegaram lá e disseram ao Governador que eu estava incentivando a campanha. Mas fui eu que a segurei! Não demorei 3 minutos, e o Governador resolveu o problema, porque viu o absurdo que estava acontecendo! É isso o que falo: o Governador não tem condições de saber, de obter informações de tudo o que está acontecendo. Precisamos, pois, ter a responsabilidade de levá-las até ele. Por isso falo, e V. Exa. repetiu: ele está começando a pagar conta que não é sua.

Na época do Eduardo Azeredo, isso aconteceu. Na época do Itamar, ele deu uma barrada. Então creio que essa questão ambiental é muito mais séria do que estamos discutindo. Somos a favor do meio ambiente, queremos preservá-lo, mas não podemos permitir o xiismo danado que se implantou na Secretaria de Meio Ambiente, que apenas visa à arrecadação, pois não estão preocupados com a preservação. Essa é a nossa revolta, é isso o que nos deixa tristes e revoltados. O Governador tem de tomar providência. Tenho certeza de que, no momento em que ele ficar sabendo desses excessos, inclusive esse que denunciei, do Prefeito que fez coleta seletiva de lixo e recebeu multa de R\$10.000,00, dará ordem para que as coisas possam chegar aos eixos.

O Deputado Carlos Pimenta* - Muito obrigado pela participação. Nos 3 minutos que me restam, gostaria, mais uma vez, de chamar a atenção para a situação difícil pela qual estão passando as Prefeituras brasileiras e mineiras. Vários Prefeitos estiveram em Belo Horizonte, nesta semana. A ponte aérea Norte de Minas-Belo Horizonte está bastante congestionada, porque os Prefeitos têm de recorrer, pedir socorro, e pedem-no atualmente ao governo do Estado. É importante que os governos façam suas partes.

Eu escutava o ilustre Deputado Carlos Gomes falar sobre as Olimpíadas, sobre a participação do Lula. Vi o Lula na televisão falar sobre as Olimpíadas. É importante e bonito falar em Copa do Mundo e Olimpíadas. Nos dias atuais, isso é uma cortina de fumaça.

Em nenhum momento vejo o Congresso Nacional, o governo federal falar que vai ajudar as Prefeituras. Elas estão fechando as portas. Os serviços essenciais das Prefeituras estão comprometidos. Não conheço um Prefeito que esteja com a situação em dia. Prefeituras que gastavam 40% com a folha de pagamento obedecendo à Lei de Responsabilidade Fiscal estão gastando hoje mais de 55%. Todos os Prefeitos mineiros e brasileiros estão incorrendo nas dificuldades da Lei de Responsabilidade Fiscal, estão extrapolando os limites que poderiam gastar com funcionários, e vão pagar por isso.

É necessário que algo seja feito. É necessário que as associações se movimentem e se mobilizem. Defendo que seja feita uma ação coletiva na Justiça para se resguardarem por estarem extrapolando a Lei de Responsabilidade Fiscal. Prefeitos demitiram funcionários contratados, Prefeituras já diminuíram os salários dos Secretários, dos cargos de confiança do Prefeito e do Vice-Prefeito, mesmo assim continuam em dificuldade.

Mais uma vez, gostaria de chamar a atenção para isso. Há alguns dias eu falava que esta Casa deve promover um grande debate, uma grande audiência pública com os Prefeitos, com o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, enfim, todas as pessoas que têm responsabilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de tentar, pelo menos, resguardar a posição dos Prefeitos. Não tenham dúvidas de que, amanhã ou depois, eles terão de devolver, do próprio bolso, o que pagarem a mais. Vão-se tornar inelegíveis e terão dificuldades para enfrentar qualquer tipo de reeleição ou até mesmo levar a cabo seus mandatos atuais.

Portanto gostaria de chamar a atenção para esses dois fatos. O governo do Estado de Minas Gerais tem sido a única ajuda importante às Prefeituras que estão passando por essa dificuldade. Estamos vendo isso na saúde, em convênios e projetos. E é necessário que os Prefeitos se mobilizem, porque estão extrapolando a Lei de Responsabilidade Fiscal e vão pagar caro pelas dificuldades que estão enfrentando, mesmo com uma situação criada pelo governo federal, por falta de uma iniciativa maior. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Deputados e Deputadas; Belo Horizonte sediou, nos últimos três dias, a VII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Tive a oportunidade de ser delegado, representando a Assembleia Legislativa com a Deputada Gláucia Brandão, e neste momento venho aqui, dentro das nossas responsabilidades de representação deste Poder Legislativo, apresentar uma síntese dos debates ali realizados.

Desde a Constituição de 1988, acumularam-se muitos avanços nas políticas públicas sociais brasileiras, inclusive nas referentes à infância e à adolescência. Todavia muitos desafios ainda estão postos, não para um ou outro governo, ou seja, não para o governo federal, estadual ou municipal, mas para o conjunto da sociedade brasileira. Cuidar, com prioridade absoluta, da criança é uma responsabilidade que começa na própria família e estende-se ao conjunto da sociedade, com o necessário suporte dos poderes públicos.

Aqui apresento uma agenda consensual discutida nessa conferência. O primeiro aspecto diz respeito à política de educação. Temos, hoje, o grande desafio de universalizar o acesso da criança pequena ao ensino infantil, aquele compreendido entre zero e seis anos: creche de zero a três; pré-escola de quatro a seis. Apenas 15% das crianças, em média, estão frequentando o ensino infantil. Geralmente quem o frequenta são os filhos dos ricos e da classe média. Está comprovado, pelos estudos, pelas pesquisas, que, quanto mais cedo a criança entra na pré-escola, melhor será o seu desempenho subsequente. No caso do ensino fundamental, temos uma cobertura, diria, muito boa do ponto de vista do acesso. Quase 98% das crianças brasileiras estão matriculadas no ensino fundamental. Trata-se, agora, de elevar a qualidade desse ensino. Infelizmente, boa parte dessas crianças concluem o ensino fundamental com dificuldades de interpretação de texto, de redação ou mesmo de realizar uma operação matemática. Nesse caso, a valorização do trabalhador da educação é estratégica. Impõe-se, neste momento, a necessidade de efetivação, a partir de 2010, do piso nacional do magistério. É inadmissível o salário do professor em Minas Gerais, bem como dos demais trabalhadores em educação. Não há educação de qualidade sem valorização do trabalhador dessa área. Além disso, há a questão da qualidade tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio. Devemos estender a experiência iluminada da chamada escola em tempo integral, ou da jornada integral, ou do contraturno escolar, ou da escola integrada, como é feito aqui na Capital. É muito importante que a criança, além do currículo básico, disponha de alternativas de reforço escolar, acesso à inclusão digital e oficinas lúdicas de dança, capoeira e esporte, para que ela também melhore o seu desempenho global, não só do ponto de vista da educação formal, mas também cuidando da mente e do corpo, enfim, formando-se como cidadão.

No que diz respeito ao ensino médio, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a situação é preocupante. Ainda não universalizamos o acesso ao ensino médio, e a taxa de evasão escolar ainda é muito alta. Em Minas Gerais, a taxa de evasão é de praticamente 20%. Imaginem os senhores um jovem que não concluiu o ensino médio, um jovem analfabeto digital, que não domina outra língua; um jovem, muitas vezes, analfabeto. Existe analfabetismo juvenil. Qual será o destino profissional e existencial dele? Provavelmente terá uma renda muito baixa e enfrentará dificuldades em seu primeiro emprego.

Hoje o desemprego é 3,5 vezes maior exatamente na faixa etária entre os 16 e os 24 anos. Serão os jovens cooptados pelo tráfico de drogas. E hoje o ingresso no tráfico se dá entre 11 e 12 anos de idade, em média. Esse jovem que entra no tráfico com 12 anos tem uma expectativa de vida de, no máximo, 21, 22 anos, Deputado Eros Biondini, que tão bem trabalha nessa área de combate ao uso das drogas e tratamento daqueles que a utilizam.

Mas é importante também fazer outra reflexão. Os indicadores de evasão do ensino médio dizem respeito a duas motivações básicas. Primeiro, há necessidade de complementação de renda familiar. Por isso é importante a expansão do ProJovem, programa do governo Lula, a expansão e manutenção, cada vez melhor, do Bolsa-Família. E também precisamos aqui, em Minas, de universalizar o Poupança Jovem, que está hoje restrito a apenas oito Municípios de Minas. Metade dos jovens saem do ensino médio por falta de renda, e a outra metade por desinteresse. E aí levantamos outra reflexão, que é rever os currículos, repensar a escola, revalorizar seus profissionais, tornar a escola mais atrativa. Esses dados referem-se à evasão escolar de jovens do sexo masculino. No caso das meninas, boa parte se evade do ensino médio em função de gravidez precoce.

Então, temos um desafio no âmbito da educação: fazer com que todos os jovens ingressem no ensino médio e o concluam com qualidade e associar ao ensino médio a profissionalização para facilitar a transição para o primeiro emprego e garantir, cada vez mais, que esse jovem possibilite o seu sonho, o seu desejo, o seu talento, o seu dom, a sua vocação com a subsequente presença no ensino superior, de preferência público, mas, se não for possível, na rede privada com o Fies, com o ProUni, com o ProUemg. É importante que o ciclo da educação, do ensino infantil ao ensino superior, seja trilhado com qualidade cada vez maior por um melhor e maior número de jovens de Minas Gerais. Se estabelecermos condições para isso, eu diria que metade daquelas previsões do Estatuto da Criança e do Adolescente já estarão plenamente cumpridas.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Deputado André Quintão, obrigado pelo aparte. Parabéns V. Exa. pelo pronunciamento e ao mesmo tempo reconheço sua importância na luta pelos direitos da criança e do adolescente em todos os seus pronunciamentos e ações, mormente à frente da Comissão de Participação Popular, nesse conjunto de audiências públicas que debatem o PPAG e tantas outras ações coordenadas por V. Exa.

Percebemos realmente a preocupação, a luta e o empenho para que as crianças e os adolescentes tenham, de fato, seus direitos garantidos. V.

Exa. se pronuncia em um dia muito oportuno porque hoje, dentro da Semana da Defesa da Vida, é o Dia Nacional pela Vida. E ontem, no pronunciamento que este Deputado fez no Parlamento, falávamos da carta do nosso querido D. Aloísio Pena, que, citando a encíclica do Papa João Paulo II "Evangelium Vitae", fala da importância da dignidade da pessoa humana, sobretudo na valorização e na busca dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Hoje é o Dia Mundial do Nascituro, ou seja, daquele que está para nascer, daquela criança que está no ventre da mãe.

Parabéns a V. Exa., neste dia em que todos celebramos a importância da vida, o dom dos dons. Como escrito no "Evangelium Vitae", pelo Papa João Paulo II, o dom dos dons tem de ser preservado e valorizado. Não me refiro somente à vida como preservação, mas à dignidade, às condições de dignidade das crianças e dos adolescentes. Fica o registro desse dia tão importante.

Nesse Dia Nacional pela Vida, levantamos a bandeira da luta contra o aborto e, a partir daí, por todos os momentos da vida humana. Lutamos pelo direito das pessoas - das crianças, dos adolescentes -, como V. Exa. bem disse, em todas as etapas, pela inviolabilidade da dignidade da pessoa humana. V. Exa. faz um belo pronunciamento nesse contexto. Parabéns!

O Deputado André Quintão* - Gostaria, Deputado Eros Biondini, de me associar a essa defesa da vida, em todas as etapas, vivida em plenitude. Na conferência da criança, foi discutida a importância da implantação, em todos os Municípios, do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan -, principalmente no semi-árido, onde há gestantes, recém-nascidos e crianças desnutridas. Precisamos efetivar esse sistema, assim como apoiar as famílias em situação de vulnerabilidade social. Nada substitui a família, que precisa do apoio do poder público, de modo a garantir a permanência na escola e o acesso das suas crianças aos direitos básicos de cidadania. Nessa linha, o fortalecimento do Suas em Minas Gerais é prioritário, assim como é fundamental fortalecer os Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e dotar os conselhos tutelares de condições para efetivarem seus trabalhos. Muitas vezes os conselhos tutelares não possuem veículos, computadores, celulares, ou seja, condições de trabalho para exercerem com dignidade o seu papel. É preciso orçamento público destinado a essa rede de proteção em todos os níveis.

A conferência estadual reafirmou a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, uma verdadeira cruzada contra a exploração e a violência sexual, e contra o trabalho infantil que, em Minas, atinge 300 mil crianças e adolescentes. É muito importante que neste ano, em que cada Município discutirá as suas prioridades para os próximos quatro anos, em que a Assembleia discutirá o Orçamento para o último ano do governo Aécio, possamos ampliar, de maneira destemida, os recursos que a Constituição prevê prioritariamente destinados à política de garantia de direitos humanos das crianças e adolescentes.

Como disse o Deputado Eros Biondini, o dia 12 convencionou-se chamar de Dia das Crianças. Melhor que um presente comprado num "shopping center" seria que cada família, cada agente político refletisse se está fazendo verdadeiramente a sua parte para que, cotidianamente, o direito da criança e do adolescente seja respeitado, principalmente das crianças e dos jovens mais pobres deste país. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, telespectadores da TV Assembleia, nesta data, 8 de outubro, completam-se 42 anos do assassinato do grande líder latino-americano, Ernesto Che Guevara, assassinado na Bolívia porque defendia uma América Latina livre e independente. Ernesto Che Guevara teve um papel destacado no século XX, assim como Simão Bolívar teve papel destacado no século XIX, na construção de uma América Livre.

E hoje, na América Latina do século XXI, têm aflorado movimentos importantes de independência e de fortalecimento do socialismo do século XXI, governos democráticos e populares como o de Lula, na Venezuela, no Equador, na Argentina e no Paraguai, ou seja, a América Latina dá grande exemplo de progresso e de avanço no campo da libertação humana. Fica aqui nosso registro dos 42 anos do assassinato de Che Guevara. Convidamos a todos para participar de um ato hoje, à noite, às 19 horas, no Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Belo Horizonte, na Avenida Álvares Cabral, em Belo Horizonte.

Sr. Presidente, quero também registrar o importante movimento realizado pelos servidores públicos de Minas Gerais ontem, dia 7. Foram às ruas servidores da Polícia Civil, da educação, da saúde, das diversas fundações e da Uemg. Eles saíram da Praça Afonso Arinos e foram até à Praça da Liberdade, para pedir socorro. Em Minas Gerais, o servidor público hoje vive grandes dificuldades, pois há servidores que recebem salários inferiores a um salário mínimo; recebem salário básico de R\$340,00, isso na área administrativa da Polícia Civil, da educação e da saúde. Esses servidores vivem situações extremamente penosas. Ora, nosso Estado é o 3º maior em arrecadação do País, mas paga salário básico para seus servidores, inferior a um salário mínimo. Nosso Estado fez opção de remunerar seus servidores de acordo com o desempenho, com critérios altamente subjetivos, inclusive políticos. Cada servidor recebe seu desempenho de acordo com a conveniência da chefia imediata. Trata-se de situação extremamente preocupante. Os servidores da Uemg não têm sua reposição; os professores da Uemg não tem sua reposição e seu enquadramento no plano de cargos; os servidores da Fazenda, os Auditores Fiscais estão em processo de negociação e nem sequer são recebidos pelo Secretário de Fazenda. A situação dos servidores é muito complicada em Minas Gerais. A força e a unidade desses servidores se mostrou ontem, com grande presença nessa manifestação.

Sr. Presidente, neste tempo que me resta, também comemoro aqui conquista dos movimentos sociais em Minas Gerais, a confirmação da conferência estadual de comunicação, que será realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro, em Belo Horizonte. Essa conferência será preparatória para a conferência nacional, em Brasília. Tive notícia hoje de que a conferência foi adiada por uma semana; será nos dias 8, 9 e 10 de dezembro, em Brasília. A conferência discutirá três eixos fundamentais. A produção de conteúdo é o primeiro eixo; o segundo eixo são os meios de distribuição; e o terceiro eixo, com a cidadania, são direitos e deveres. Essa conferência tratará do importante tema da comunicação no Brasil. Parabeno os movimentos sociais de Minas pelo grande empenho. Desde o ano passado, os setores em prol da conferência se organizaram. Sr. Presidente, também não posso deixar registrar a compreensão por parte do governo do Estado, ao convocar essa conferência. Fica aqui nossa posição de que o Secretário de Comunicação Sérgio Esser teve essa compreensão. A conferência será coordenada por uma comissão tripartite, com 40% de assento para o setor social, 40% para o setor empresarial e 20% para o setor governamental. Os delegados serão proporcionalmente eleitos de acordo com esse percentual: 40%, 40% e 20%. Quero felicitar não só os movimentos populares, mas também o governo do Estado de Minas Gerais, que deu um bom exemplo. Minas, ao convocar essa conferência, deu um bom exemplo. Para se ter ideia, São Paulo não convocou.

Gostaria ainda de parabenizar a Assembleia de Minas Gerais na pessoa de seu Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, que também disponibilizou a Casa para participar dessa comissão, indicando a minha pessoa, Deputado Carlin Moura, para representá-la como delegado deste Parlamento, tendo como suplentes os colegas Deputados Domingos Sávio e Gustavo Valadares, que é o Presidente da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas. Será um importante evento, a ser precedido por diversas conferências preparatórias, que, aliás, já estão ocorrendo. Já houve conferência em Juiz de Fora, Uberlândia, Lafaiete e Valadares, e há conferências marcadas para São José da Lapa, no dia 17 de outubro; Sete Lagoas, no dia 24 de outubro; Vale do Aço, no dia 21 de outubro; e um grande seminário da Região Metropolitana, que foi convocado pela Granbel, a realizar-se em Betim, reunindo todas as cidades da Região Metropolitana, no dia 27 de outubro, com a participação dos Ministros Hélio Costa e Patrus Ananias e de diversos setores e segmentos.

Fica aqui o nosso registro. Minas dá um passo importante, e os movimentos sociais tiveram papel decisivo para isso. Esperamos poder fazer

uma grande conferência em Minas Gerais a fim de discutir, por exemplo, o papel especial da TV pública no Estado - a Rede Minas, a Rádio Inconfidência, e a TV Assembleia -, proporcionando maior democratização dos meios de comunicação, com maior presença dos segmentos, dos setores e da comunidade.

Faço esse registro deixando o nosso agradecimento a todos aqueles que têm batalhado pela realização dessa conferência, em especial os movimentos sociais e o governo do Estado, na pessoa do Secretário Sérgio Esser, e o Presidente da Assembleia, Deputado Alberto Pinto Coelho.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, Sr. Vereador à galeria, telespectadores e pessoas que nos acompanham nesta tarde, é a primeira vez que venho a esta tribuna como Líder do Bloco PT-PMDB-PCdoB. Assim, quero dizer que estou certo de que os Deputados desse Bloco têm a clareza de que atualmente, no Brasil ou em Minas, dois projetos são oferecidos ao povo brasileiro e ao povo mineiro. A um deles, cuja execução em âmbito nacional pudemos conhecer bem, chamamos de projeto neoliberal, liderado ou coordenado pelo ex-Presidente Fernando Henrique. Esse projeto, que ainda tem grandes laboratórios, em Minas, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, minimiza as ações do Estado e desvaloriza o servidor - não há Estado forte e eficiente sem que se valorize o servidor público. Essa é a realidade de Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul, mas se insere em um projeto maior, de hoje, a que chamamos de projeto democrático- popular, liderado pelo Presidente Lula e gerenciado pela Ministra Dilma Rousseff.

Todos os Ministros não têm plena autonomia em sua Pasta; sempre devem satisfação à Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, a gerente desse grande projeto democrático-popular.

A grande diferença é que nesse projeto há um esforço do governo em distribuir as riquezas, a renda, enquanto o outro projeto prima pela concentração de renda a custo de todos. No que se refere a multas no Estado, por exemplo, o IMA, o IEF, o Igam estão multando. Até empresas públicas, como a Emater, que tem um direcionamento, atuam em uma linha de arrecadação, porque o convênio tem que ser assinado com o Município e arrecada do Município; a cada projeto feito pelo técnico, é cobrado um percentual do empréstimo que o agricultor faz junto ao banco. Então, a lógica é de arrecadação, beneficiando poucos. E a lógica é a mesma em relação à Cemig e à Copasa: não é a eficiência do serviço e da presença, mas da arrecadação.

Hoje, o povo brasileiro e mineiro tem clareza em relação a esses dois projetos, que continuam em disputa. O nosso esforço em formar esse Bloco deve-se à consciência de que precisamos conceber, dentro desse projeto neoliberal de Minas, como gestar e formatar um projeto democrático-popular. O PMDB é um partido que vem dando grande contribuição no âmbito nacional. Está à frente de sete Ministérios e ajuda o governo a fazer a distribuição de renda, ajudando, de fato, um governo pautado pelo socialismo.

Às vezes, quando falamos de socialismo, parece uma coisa muito distante. Consigo enxergar o socialismo no Bolsa-Família, ou seja, trata-se de distribuir a riqueza. Enxergo-o no ProUni, por meio do qual um jovem que cursou o ensino fundamental e o ensino médio em escolas públicas é subsidiado para fazer curso superior. É a distribuição da riqueza do Brasil, que alcança a todos, priorizando os mais pobres em todas as áreas, seja na educação, seja na agricultura, com o Pronaf, o Mais Alimento, que se inclui no Plano Safra, seja na área da saúde e da ação social, com as unidades básicas de saúde, os Cras.

Então, a riqueza do Brasil não está sendo concentrada nas mãos de alguns, como aconteceu outrora, na privatização da Vale e em tantas outras ações, que concentravam a riqueza e sucateavam o Estado e as empresas públicas, quando não as privatizavam, ou os departamentos, como o DNPM, ligado ao Ministério de Minas e Energia, responsável por conceder licenças de lavras e direito a atividade minerária, que estava totalmente sucateado. Às vezes o governo é criticado por estar inchando a máquina com empregos para os companheiros. Companheiros do Brasil, pois esses estão tendo espaço. Como vamos ampliar as universidades federais sem fazer contratação? Como vamos ampliar Cefets e Ifets sem fazer contratação? Como teremos órgãos eficientes, como Ibama e DNPM, sem fazer contratação?

Mas essa é a crítica dos neoliberais e da elite, que não concebem um Estado presente, atuante e eficiente. Para eles é o Estado mínimo e as grandes empresas multinacionais, que estão com o capital. Eles que se entendam.

Aí favorecem os grandes em detrimento dos mais fracos, com o sacrifício e o sofrimento e, muitas vezes, a morte dos mais fracos.

É com essa concepção que estamos na grande expectativa de, enquanto Deputados e enquanto bloco, dar a nossa contribuição para um projeto democrático popular em Minas Gerais. É nossa responsabilidade ir nessa direção, contribuindo com nossos partidos. Na verdade, somos liderados pelos partidos, seja o PT, seja o PCdoB, seja o PMDB. Cada partido tem plena autonomia, mas a afinidade é muito importante em torno de um projeto. A Assembleia Legislativa é um espaço privilegiado para ajudarmos e darmos a nossa contribuição na formatação desse projeto.

Sr. Presidente, socializo o que discutimos ontem com o Governador em exercício, Anastasia. A conversa com o Governador foi um desdobramento do nosso processo do Plenário, legítimo, regimental: a obstrução; obstrução para forçar o governo a enxergar o povo mineiro.

Foram três as situações que discutimos. A primeira, a universalização do Luz para Todos. A Cemig publicou que licitou apenas 56 mil ligações para que sejam executadas até dezembro de 2010. Achemos que isso era muito pouco, porque a nossa demanda em Minas Gerais, até dezembro do ano passado, era de 115 mil ligações. Por que licitaram apenas 56 mil ligações? O pior é que, das 56 mil ligações licitadas, a ordem de serviço foi para apenas em torno de 23 mil. É muito pouco. Antes, em audiência, o próprio Djalma nos garantiu licitar mais 70 mil ligações, porque já dizia que, depois do recadastramento deste ano, feito pela Emater, o número já avançou para mais de 120 mil. Então, há esse compromisso que ele assumiu conosco.

Ontem mostrei a carta com a resposta do Djalma, Presidente da Cemig, ao Governador. Falei que queria que ele tomasse conhecimento, sem fazer nenhuma chantagem ou ameaça. O recurso da Minoria é o compromisso com essa carta, com o que o Djalma disse, de, até dezembro deste ano, licitar as 70 mil ligações, antes da votação do Orçamento. O Orçamento é peça importante que temos, enquanto Minoria, para obstruirmos. Para não entrarmos em obstrução em cima da hora, já estamos adiantando que não haverá votação do Orçamento se não houver a licitação das 70 mil ligações até dezembro, porque é um desrespeito ao homem e à mulher do campo. A essa altura da história, é uma vergonha estar sem energia elétrica. Mais de meio milhão de pessoas estão sem energia elétrica. Se quiserem ouvir uma notícia, tem que ser por um radinho de pilha. Não têm geladeira, hoje essencial, liquidificador, tanquinho de resfriamento de leite, máquina para picar o capim.

A energia tem a sua importância. Eu questionei como vamos levar o jovem a ter consciência para permanecer no campo se um serviço essencial, como a energia elétrica, ainda não chegou lá.

O nosso compromisso é a universalização da energia elétrica. E pautamos ontem com o Governador em exercício o compromisso da Cemig de licitar até dezembro deste ano e executar até dezembro do ano que vem o restante das ligações de energia elétrica em Minas Gerais.

Outro ponto que apresentamos ao Governador foram as alíquotas de ICMS sobre os produtos da agricultura familiar. Quantas vezes falei isso aqui! Era razão de nossa obstrução. As nossas razões de obstrução são justas. Vejam bem o escândalo.

Para o telespectador entender, hoje há o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA -, do governo federal, que compra os produtos direto da agricultura familiar e os doa para as entidades locais. Cada agricultor familiar pode vendê-los até a R\$4.500,00 - então, com 20 agricultores, chega-se a R\$90.000,00. Dos R\$90.000,00 que o governo federal deposita na conta da associação, o governo estadual pega em torno de R\$15.000,00. Em vez de entrar com mais R\$50.000,00 para ajudar as entidades e o agricultor familiar, para que tenham um mercado local e possam vender os seus produtos no próprio Município e não precisem deslocar-se para o Ceasa, o governo estadual recolhe ICMS sobre os produtos beneficiados, como multimistura, rapadura, doces, temperos, quitandas. Então é sobre isso que estamos falando. O Governador garantiu-nos... Na verdade, a nossa expectativa era que o Governador assinasse ontem o decreto regulamentando e definindo essa alíquota em 3%, e não em 18%, 12% e 7%.

Outro ponto sobre o qual falamos se refere a aproximadamente R\$1.000.000.000,00 de empréstimo junto ao Bird. Foi uma autorização pedida aqui. Queríamos saber em que ações esses recursos serão empregados. Comprometeu-se a nos enviar ontem, ou até hoje, detalhadamente as ações em que esse recurso estaria sendo empregado.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Gostaria de cumprimentar o Deputado Padre João pela liderança e pelo pronunciamento. É desta maneira mesmo: "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura". Enquanto o governo federal se esforça para garantir a redução na carga tributária, principalmente dos mais pobres e pequenos agricultores, infelizmente, em Minas, o governo anda na contramão. Isso é um absurdo. Foi muito importante a participação de V. Exa., do PT, do bloco como um todo. Votaremos favoravelmente ao empréstimo de R\$1.000.000.000,00. Isso mostra a nossa responsabilidade. Só que cumprimos o nosso papel; queremos fiscalizar e saber como será a aplicação, ou seja, se será justa e se vai ser para aqueles Municípios que realmente mais precisam.

Concordo plenamente. A nossa carga tributária é um absurdo - desculpem-me a palavra, mas é um verdadeiro roubo. Tiradentes foi esartejado pelo quinto da Coroa, por causa de 20%. Hoje só de IMCS da conta de energia são 42%, e o IPVA é o mais caro do Brasil. A água está a preço de vinho, e a Taxa de Licenciamento só existe em Minas Gerais.

Finalizando, está aqui o salário do servidor, que às vezes recebe menos de um salário mínimo. Os servidores da segurança pública não fazem jus ao auxílio de periculosidade. Realmente a nossa luta tem de continuar com muita firmeza. Muito obrigado. A luta continua!

O Deputado Padre João* - É o Estado mínimo, que para muitos era algo bem teórico. Quando não se investe nos serviços, e as empresas públicas não se ocupam com o intuito da eficiência do serviço e da descentralização, sobretudo da distribuição de renda, isso simplesmente favorece determinados grupos econômicos. O povo acaba bancando a máquina do Estado sem obter serviço. Basta vermos os servidores. É cobrado o Ipsemg, mas nem sempre esse serviço é posto à disposição - aliás, não por má vontade dos servidores, mas por uma decisão de governo que consegue influenciar toda a política, seja das fundações, seja dos institutos e das empresas públicas. Nesse sentido, o Governador não é o inocente de forma alguma. Acredito nos servidores, que são sempre eficientes, sensíveis e que, de fato, querem servir. Todavia precisam cumprir decisões e ordens que vêm de cima. O governo não é o inocente. O modelo é esse. Na verdade, são modelos que estão aí em disputa. Com a formação do bloco, estamos dispostos a dar a nossa contribuição a partir de Minas Gerais. Essas são as nossas considerações, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Cumprimento o Sr. Presidente, os colegas Deputados, todos os que nos acompanham nesta Casa do povo mineiro ou que nos assistem pela TV Assembleia.

Inicialmente, Sr. Presidente, quero dirigir-me aos colegas que hoje compõem a Minoria desta Casa, pela qual sempre temos o respeito próprio do ambiente democrático. Julgo que, mais uma vez, com toda essa movimentação, ganha a democracia. Diria mais, teremos oportunidade de testemunhar em Minas Gerais algo que já venho observando, não apenas uma relação de respeito e de convivência democrática entre a Maioria e a Minoria, mas a oportunidade de Minas e o Brasil terem a vivência clara de algo fundamental: um ambiente democrático.

No meu entendimento, é uma das características mais nobres do verdadeiro estadista, que é aquele que tem a compreensão de que governa para todos e que, embora possa ter - e é razoável e saudável que tenha - as suas divergências e diferenças com aqueles que não o apoiam, tem a compreensão de que deve manter-se firme na defesa de um governo para todos e em que a Minoria seja sempre respeitada. Assim, de maneira especial, refiro-me ao Governador Aécio Neves. Afirmando que Minas e o Brasil terão a oportunidade de verem confirmado algo que já testemunhamos em nosso dia a dia: a postura de estadista, o comportamento de estadista, de alguém que tem a compreensão de que governa para todos. E dessa forma tem sido a ação do Governador Aécio Neves desde o primeiro momento e de seu primeiro mandato. Já no segundo mandato isso se tornou cada vez mais vigoroso e enfrentou uma aliança justamente do PT e do PMDB, o que, para ele, não era novidade: a formação desse novo bloco.

O Governador Aécio Neves, pelo comportamento e pela atitude de estadista de trabalhar em prol de todos os mineiros, teve a manifestação espontânea de apoio de inúmeras lideranças de diversos partidos, inclusive do PT e do próprio PMDB. E por que isso? Por que afirmo que, mais uma vez, poderemos confirmar a condição de estadista do Governador Aécio Neves? Olha, governar um Estado pode parecer uma ação solitária. Alguns já até fizeram dessa forma, um pouco como donos do poder e como alguém que concedia benesses para A ou B. Porém, o Governador inaugurou uma nova época, a da parceria com todos os 853 Municípios, sem exceção. Portanto, de maneira muito clara, ele deu um tratamento igualitário para PT, PSDB, PMDB, DEM, A, B, C, D, enfim, para todos na hora de pactuar a parceria em prol do povo mineiro. Isso é que dá essa tranquilidade - própria dos estadistas - de dizer: oposição não é apenas natural; ela é necessária, é saudável e ajuda o povo a fazer essa reflexão.

Portanto, vejo isso não só com naturalidade, mas também como algo extremamente positivo. Assim fica mais evidente quem assume oposição ao governo e quem o apoia. Na prática, na ação de governar, isso não pode interferir a tal ponto de prejudicar "a" ou "b". Com certeza não haverá de prejudicar, pois a história provou isto: o Governador governou para todos os mineiros. Da mesma forma este Parlamento não poderá prejudicar o interesse do povo mineiro. Não tenho dúvida de que não prejudicará. Tanto que o PT - já havia o bloco com o PCdoB - fez e fará obstruções, mas votou e votará projetos do interesse do povo de Minas. Da mesma maneira - e isso não é novidade alguma -, alguns membros do PMDB, com frequência, manifestavam-se em obstrução, votando sistematicamente contra o Governador Aécio Neves e fazendo questão de manifestá-lo de maneira pública, como também alguns colegas do PMDB estavam sistematicamente num processo de diálogo e de parceria com o governo. Continuarão fazendo isso, porque são homens de formação, que não mudam com caneta, com posição, com notícia ou manchete de jornal. Formação é história de vida. Então estou absolutamente seguro de que a Assembleia mineira terá, mais uma vez, a oportunidade de escrever nas páginas da história de Minas. Aqui Oposição e Situação ou Minoria e Maioria convivem de forma respeitosa, fazem bom debate, mas buscam confluir no interesse do povo mineiro.

Aproveito, neste tempo que ainda me resta, para falar sobre esse interesse do povo mineiro, sobre a luta de todos nós. Agora mesmo dava entrevista a um repórter que me perguntou: "Deputado, e as emendas parlamentares?". Há luta para aumentarmos o valor? Eu disse que, de fato, faço coro com esse sentimento, mas primeiramente precisamos explicar para o cidadão o que é emenda parlamentar. Hoje corremos o

risco de ser, às vezes, mal-interpretados, e é preciso separar o joio do trigo. Já vimos escândalos envolvendo aplicação de recursos, de verbas federais, de emendas federais. Quem não se lembra dos famosos sanguessugas? Quem não se lembra das ações da Polícia Federal? As emendas de Deputados Estaduais - não tenho dúvida de que posso falar isso pelos 77 Deputados - têm caráter muito importante de participação popular, de controle social, de presença da sociedade na organização do Orçamento. O Deputado é agente para legislar. Essa é a função precípua, que normalmente o cidadão associa à figura do Deputado, do Legislativo, à Casa que produz as leis, e é verdade. Essa é função fundamental. Pena que no Brasil a forma de organização da nossa Federação é excessivamente centralizada em Brasília, e 99,9% de tudo que precisa ser feito para melhorar as legislações no Brasil depende de lei federal, de tal maneira que a lei federal trava a pauta. Ela não permite que se legisle nas Assembleias Legislativas ou nas Câmaras Municipais sobre uma série de assuntos do interesse do nosso povo, como meio ambiente, questões eleitorais e tributárias. Tudo isso depende da lei federal, e infelizmente estamos assistindo a certo imobilismo do Congresso Nacional, que, quando legisla, joga para a plateia e faz o que vimos, coloca a Câmara de Vereadores nas manchetes, trazendo desgaste e infelicidade para os Vereadores. Jogaram para a plateia para agradar algum suplente de Vereador, mas sabendo que estavam votando de maneira errada e que esbarrariam em dificuldades no Supremo.

Então, vira e mexe, quem está legislando no Brasil é o Supremo, por culpa, por inoperância ou até incompetência da Câmara dos Deputados.

Voltando às funções dos Deputados, legislar é apenas uma delas. Fiscalizar é outra. Acompanhar a aplicação do dinheiro público, das normas e das leis e o funcionamento de toda a estrutura pública é fundamental. Mas existe a terceira função, que talvez seja a que mais requer nossa atenção no dia a dia: a de representar. O Deputado é seu representante, é aquele que vai dar voz ao seu pensamento, aos seus anseios, às suas reivindicações junto à estrutura de governo. Essa forma de representar é a que se manifesta por meio de emendas parlamentares, obviamente entre outras ações. O cidadão procura o Deputado e diz que está com dificuldade enorme, que a Apae da sua cidade precisa terminar sua sede, precisa de veículo específico, apropriado para transportar seus alunos, suas crianças. O Prefeito também procura o Deputado, desesperado porque o recurso não fica no Município, mas o problema fica, e ele precisa pavimentar ruas, estruturar área de lazer, quadra de esporte que fica na periferia, onde não há opções de lazer. O Deputado Estadual faz o verdadeiro milagre dos pães: pega R\$1.500.000,00 para dividir para mais de 50 cidades, nas mais diversas áreas. É por isso que defendo, como os demais colegas, que é hora de ampliarmos esse valor. Mas, por outro lado, temos de reconhecer que mais valem R\$1.500.000,00 e um Governador sério, que paga as emendas às Prefeituras, às Apaes, às santas casas, do que se falar em milhões e mais milhões e o dinheiro não chegar lá, na ponta, ficar apenas nas intenções. É claro que as emendas parlamentares são importantes.

Esse pouco dinheiro que tivemos a felicidade de indicar em 2009 está me dando algumas alegrias. Hoje acabei de concluir uma pequena emenda que havia deixado na área da saúde: uma parceria para fazer um centro cirúrgico na Santa Casa de Nepomuceno, ao lado de Lavras, para ajudar a região. Ontem anunciávamos que nossa pequena emenda na área de esporte nos possibilitaria alguns avanços em Itapeverica e serviria para reformar o poliesportivo em Divinópolis. Nesta semana, contataremos Oliveira para viabilizar apoio à Creche Nossa Senhora da Aparecida, atendendo ao pedido dos nossos colegas Vereadores daquela cidade, como o Valquir, o Américo, o João da Madalena, o Paulinho, Presidente da Câmara, e outros. Solicitaram também que ajudássemos a Lira São João Batista, entidade musical que desenvolve um trabalho cultural e social e fica no Distrito de Morro do Ferro, e, simultaneamente, que ajudássemos o reisado de Oliveira, uma das tradições da cidade. Nessa mesma linha, contatei o Prefeito de São João del-Rei e as Vereadoras Cidinha e Jânia Costa. Com um pouquinho do nosso recurso ajudaremos na pavimentação do Bairro Alto das Mercês, onde, em alguns lugares, as pessoas não conseguem chegar em casa. É um bairro onde a grande maioria das pessoas é constituída de operários, trabalhadores, pessoas humildes, que moram em casas simples na encosta de um morro e, quando chove, sofrem muito. Esse bairro fica atrás de uma das mais tradicionais igrejas de São João del-Rei, a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, no Largo das Mercês, onde se vê um sofrimento muito grande. Poderíamos até dizer que quase simboliza o sofrimento de Cristo na cruz, já que é no Largo das Mercês que ocorre a tradicionalíssima Semana Santa e o descimento do corpo de Cristo da cruz. O sofrimento daquela população poderá ser diminuído por meio de uma pequena emenda parlamentar que tenha como objetivo destinar recursos à pavimentação de vias.

Da mesma maneira, eu poderia - mas agora o tempo não me permite - listar mais de 50 cidades onde poderíamos tentar fazer um verdadeiro milagre dos pães, concedendo um pouquinho aqui, um pouquinho ali, para acudi-las. Foi o que fizemos com vários sindicatos rurais e é o que estamos fazendo ao recuperar a Lagoa Grande, entre Passa-Tempo, Carmópolis e Oliveira, com uma emenda na área do meio ambiente. É assim também que iremos ajudar as irmãs em Bom Despacho e os clubes de futebol da cidade, atendendo ao apelo do nosso companheiro Vital, do Vereador Ricardinho e de outros colegas. Portanto, Sr. Presidente, como hoje as emendas parlamentares e o orçamento é destaque na imprensa escrita e falada, quis ilustrar este meu depoimento. Assim, ressalto que, para nós, emenda parlamentar é coisa sagrada, é dinheiro público bem distribuído. Cabe ao povo fiscalizar para que a Assembleia mineira continue sendo um ambiente de orgulho e respeito dos mineiros, onde os Deputados destinem emendas para atender causas sociais e melhorar a infraestrutura urbana de maneira transparente. Dessa forma, não correremos o risco de enveredar pelo caminho dos sanguessugas e daqueles que se envolveram até mesmo com a Polícia Federal, por não terem o devido zelo no uso do dinheiro público.

Sr. Presidente, encerro minhas palavras, agradecendo-lhe e dizendo aos mineiros que, nesse ambiente democrático, se continuarmos trabalhando com firmeza, com a cabeça erguida, valerá a pena exercer a atividade política. Mesmo em tempos tão difíceis, de tanta descrença, de tanta notícia ruim, vale a pena exercer a atividade política se soubermos conviver de forma democrática, fazer o bom combate nas horas certas e, acima de tudo, se representarmos bem o povo, levando o dinheiro público aonde ele for mais necessário. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva* - Caro Presidente Doutor Viana e caro Deputado Domingos Sávio. Cumprimento V. Exa. pela abordagem que faz do papel dos Deputados. V. Exa. está de parabéns por expor a necessidade de a sociedade entender que as emendas parlamentares são realmente muito importantes. Talvez algumas pessoas não compreendam efetivamente que as cidades do interior, especialmente as pequenas, necessitam da participação do Deputado no encaminhamento dos seus pleitos, das suas necessidades, bem como dos pleitos de suas Prefeituras e entidades.

Gostaria, neste momento, Sr. Presidente, de fazer uma abordagem a respeito de um assunto que me preocupa há muito tempo. Trata-se da questão da municipalização da reforma agrária. Quando participei da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, discuti com o Deputado Padre João a necessidade de se buscar a minimização desse confronto nacional, que hoje está nas manchetes dos jornais e em todas as emissoras de televisão. Refiro-me ao caso do MST, que invade terras, destrói laranjais, o que configura uma distorção de uma luta social válida e necessária. É preciso haver reforma agrária; o Brasil avançaria muito se progredisse na reforma agrária. Quanto a essa questão, o governo Lula avançou bastante.

Enquanto não houver a municipalização da reforma agrária, teremos conflitos, que deixam dúvidas perante a opinião pública. A dúvida, por exemplo, dos R\$160.000.000,00 destinados às ONGs que sustentam o MST. Elas não se registram como entidade, não têm CGC, não têm inscrição estadual, não têm endereço certo nem sequer podem ser processadas quando, criminosamente, destroem laranjais, invadem propriedades particulares e até do próprio governo. Essas ONGs que repassam recursos para esse tipo de atividade estão fazendo uma tentativa de desempenhar um papel social. Na verdade, a ótica caolha do governo federal - não do governo Lula, mas de todos os governos federais - não lhe permitir entender até hoje que o Município é mais competente para realizar obras, para resolver problemas, porque ali no Município as pessoas se entendem, se compreendem e convivem umas com as outras. Temos levantamentos que provam, de forma cabal, que os recursos aplicados pelo Município rendem muito mais que os aplicados pelo Estado e pelo governo federal. As obras municipais são mais baratas que as estaduais e federais. Permanece essa tônica no Brasil de que o poder central precisa ter um volume grande de recursos como tem hoje. Setenta por cento do total da arrecadação no Brasil vai para os cofres do governo federal. É aquela velha história, que todo político menciona na campanha, mas que depois não concretiza na sua ação, de que o Município é a célula "mater" da Nação, de que é no Município onde tudo acontece, onde a pessoa nasce e registra-se no cartório de registro civil, onde cria a sua empresa, onde trabalha, produz e estuda. Isso tudo é falado à bastança no Brasil afora por todos os políticos, em todas as campanhas eleitorais. Essa defesa é feita, mas, na hora de agir, de efetivar a ação, nunca vi governos estadual ou federal que colocassem em prática essa pregação.

Hoje estamos convivendo com a situação dramática, desesperadora dos Municípios. Um cala a boca de R\$1.000.000.000,00 foi dado, mas não representou sequer 30% das necessidades dos Municípios. Outro cala a boca, agora de mais R\$1.000.000.000,00, será pago no dia 15. Já atrasaram duas vezes o repasse, mas agora vão pagar no dia 15. Isso é para tentar compensar aquela isenção concedida. Toda a indústria automobilística se beneficiou da isenção do IPI. Estamos batendo nesse assunto o tempo todo, mostrando o erro que a equipe econômica do governo federal está cometendo e repetindo. O Presidente Lula talvez não tenha sido informado de que existe saída melhor para resolver esse problema da crise, que, graças a Deus, está sendo superada, e o Brasil está levando vantagem sobre os demais países, graças às ações do governo.

De vez em quando, aqui, o Deputado Antônio Júlio faz algumas críticas muito fortes ao governo do Estado e afirma ter a certeza de que o Governador não sabe o que está acontecendo. Tenho certeza de que o Presidente Lula não sabe, porque a equipe econômica, em vez de reduzir a tal da Cofins, que é dele, reduziu o IPI, que é dos Municípios e dos Estados.

Mas a questão das ONGs preocupa-me muito. Conheço Deputados Federais e Senadores que são donos de ONGs. Deputado Estadual só conheci um, por enquanto. Não direi o nome dele para não ferir colega. Mas Deputados Federais conheço vários, vários políticos que organizam ONGs para fazer a manipulação de recursos públicos. Na minha cidade, por exemplo, as ONGs, especialmente um tal de Comitê Popular e APJ, receberam verbas estaduais, federais, ao longo de muito tempo, e até verbas italianas, dinheiro de fora. Nunca prestaram conta, nunca publicaram um balancete e serviram de suporte político para ganhar uma eleição no nosso Município. Hoje, que coisa estranha, Sr. Presidente, a sede de uma ONG, a APJ, transformou-se na Secretaria Municipal de Ação Social. A outra ONG virou sede dos movimentos de catalogação e distribuição do Bolsa-Família. Essa história é estranha. As pessoas precisam começar a desconfiar disso.

Não é possível que o povo brasileiro contribua com seu imposto e coloquem lá: organizações não governamentais - ONGs - um nome até difícil de o povo entender. O que é ONG? É um grupo de pessoas que se juntam, formam uma entidade para receber dinheiro e não prestam conta dele. O dinheiro desaparece e vai subsidiar até atividades criminosas, como a invasão do laranjal da Cutrale. Já o território do Mucuri em 2004. Estava tudo prontinho - recursos federais garantidos, o governo Lula nos ajudando -, mas uma Deputada, nossa colega, que virou Prefeita de Teófilo Ottoni, mandou invadir um território de propriedade do governo federal. A lei diz que não se pode invadir terreno produtivo, mas invadiram a Cutrale, que estava produzindo laranja e suco de laranja.

Quero dizer que essa história de ONG é algo problemático. O Tribunal de Contas da União, há mais de três anos, tem levantado essa questão, colocado de forma clara para a população: trata-se de desvio violento de recursos do governo para atender interesses que não são nem do povo nem do governo, mas de grupos organizados que, politicamente, apropriam-se desses recursos para fazer um trabalho político-partidário. Sei que o Lula é um artista. Ele já colocou o chapéu do MST na cabeça e coloca o chapéu de todas as entidades. Fica bem com todos, mas chega um momento em que é preciso questionarmos. E vejam que meu partido está apoiando o Lula desde o primeiro momento, está dando cobertura com seis Ministros, mas não podemos deixar de criticar quando há um erro, um equívoco. É preciso que realmente se faça publicamente essa advertência.

Para não dizer que não falei de flores, falarei das flores de Minas Gerais. Sr. Presidente, estou aqui com um papel na mão. Não direi os nomes das pessoas, mas comentarei o assunto para ver se a Secretaria de Fazenda e a Secretaria de Defesa Social tomam providências antes que eu tenha de fazer a denúncia. Criou-se aqui em Minas Gerais a Delegacia Especializada de Investigações de Fraudes, Departamento de Investigações Patrimoniais. Pois bem, Sr. Presidente. Trata-se de uma delegacia especializada que investigará crimes, fraudes. Ótimo. No entanto, o que está acontecendo? Em vez de a fiscalização estadual procurar as empresas ou visitá-las para verificar seus livros, seus papéis, suas notas fiscais, suas aquisições e suas vendas, o cidadão está recebendo um mandado de intimação do Delegado. Quem está fazendo cobrança de imposto em Minas Gerais é o Delegado de Polícia. É um absurdo. Não há um processo administrativo aberto ou uma procura do cidadão. E não é apenas um caso. Tenho nas minhas mãos seis casos e vou buscar os outros. Estão cobrando ou tentando cobrar das pessoas por meio da polícia. Ora, que Estado de Direito é esse em que a polícia vira cobradora de impostos do Estado? Estamos voltando ao tempo da derrama? Estamos voltando ao ano de 1400, de 1500, quando os reis enviavam seus cobradores de casa em casa para tomar o dinheiro das pessoas e construir seus tesouros particulares? Minas Gerais entrará nisso? Aqui, Sr. Presidente, faço um pedido, um apelo aos Secretários de Fazenda e de Defesa Social: se houver um convênio entre a Secretaria de Fazenda e a polícia para fazer cobrança, que haja uma revisão desse acordo. Não é possível. Sabemos muito bem que há uma cultura de sonegação no Brasil. Uma parcela considerável dos comerciantes ou quase todos não pagam todos os impostos, não emitem nota fiscal, sonegam. E sabemos disso. Sabemos, aliás, que é uma regra aceita até mesmo pela própria Secretaria de Fazenda: sonegação de até 30% não é problema. Então, é o mesmo caso, que contei aqui uma vez, daquele Vereador que defendia o Prefeito com veemência, enquanto outro Vereador o acusava de estar roubando. Um dia, o Vereador que acusava o Prefeito de estar roubando provou que realmente o Prefeito estava roubando, num percentual de 25%, em uma obra de galeria pluvial. O Vereador que defendia o Prefeito subiu à tribuna, pediu desculpas e disse: "Não mais defenderei o Prefeito, pois meu colega acaba de provar que o Prefeito roubou 25% em uma obra de canalização pluvial. Se fossem os 10% de lei, tudo bem".

Será que é assim que age a Secretaria de Fazenda? "Sonegação pequena não tem problema. Temos de ir atrás das grandes". A situação mudou. Pequenos lojistas estão sendo convocados pela polícia antes da abertura de um processo administrativo por parte da Secretaria de Fazenda. A Secretaria de Fazenda não possui fiscais suficientes? Novo concurso. Estão faltando fiscais? O Sindifisco tem dito que estão faltando fiscais. Todavia, há uma outra vertente que diz que agora o trabalho de apuração de fraudes é mais inteligente. Inteligente por meio da polícia? De Delegado? De Escrivão? De Detetive, que visita e achaca pessoas?

Chegou ao meu conhecimento o caso de um cidadão que teve de pagar R\$3.000,00 para que não continuassem a verificação. Todos sabemos, é uma realidade, assim como o próprio governo, que não dá muita importância a isso, que é difícil perseguir todos os empresários para que contribuam sobre tudo o que comercializam e movimentam.

Há um irrealismo fantástico neste país. A carga tributária é tão grande que quem não sonega não sobe na vida: quebra. O próprio governo federal e o governo do Estado sabem disso, razão pela qual abrem mão de algumas coisas. No entanto, não podemos deixar, em Minas Gerais, os papéis se inverterm. Colocar Delegado para cobrar dos pequenos empresários é brincadeira. Delegado fazer notificação para o cidadão apresentar talão de nota fiscal? Isso é brincadeira. Pergunto-me se isso é verdade, se existe um convênio, se essa delegacia foi criada "na bistunta" ou se foi criada por uma lei aprovada nesta Casa. Não conheço uma lei que dê suporte à criação de uma delegacia especializada em fazer cobrança para a Secretaria de Fazenda.

Já concluirei. A denúncia que faço, Sr. Presidente, é séria. Seis pessoas já me procuraram. Devem ter procurado outros tantos Deputados, outras pessoas. Não se pode entender o fato de não haver um processo administrativo de cobrança nem a visita de um Fiscal de Rendas do Estado. Sou filho de Fiscal de Rendas do Estado. Meu pai era Fiscal de Rendas do Estado. No tempo em que ele exercia o cargo, havia tanta honestidade, tanta seriedade que o próprio fiscal recebia o dinheiro e o punha dentro de sua mala a fim de levar para a coletoria. O fiscal arrecadava em dinheiro. Recebia e prestava contas na coletoria. Não havia tanto roubo como hoje, tanta falta de vergonha como atualmente.

Estou fazendo essa advertência porque, das seis pessoas que me procuraram, uma confessou ter sido achacada e ter dado R\$3.000,00 para que paralisassem a investigação policial na empresa a mando da Secretaria de Fazenda.

Minha preocupação é essa. Por isso faço essa advertência. Tenho certeza de que o Governador Aécio Neves não sabe disso. Ele não sabe que estão se comportando dessa maneira. É preciso investigar fraudes, mas, antes de entregar o caso à polícia, é necessário fazer o respectivo processo administrativo.

Obrigado, Sr. Presidente. Volto à carga na próxima semana, com outras informações a respeito desse assunto.

* - Sem revisão do orador.

92ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 13/10/2009

O Deputado Ivair Nogueira* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a nossa luta por transporte decente é incansável. Já estive nesta tribuna e hoje retorno a ela para falar sobre um assunto que a todos interessa, que é o metrô.

A Copa de 2014 mostrava uma luz do fim do túnel, mas agora as autoridades dão sinais de que, mais uma vez, nos equivocamos. Muitos argumentos já revelam que o metrô, até o mundial de 2014, não sai. Tal inércia para melhorar a mobilidade urbana não pode completar mais 10, 20 ou 30 anos, Deputado Gustavo Valadares, que é Presidente da Comissão de Transporte desta Casa.

Desde 1982 conhecemos o que seria um projeto para melhorar o transporte de Belo Horizonte e região, ligando as regiões populosas de Venda Nova ao Barreiro e as cidades da Região Metropolitana, como Betim e Contagem. Há 17 anos foi feito um projeto e desapropriados imóveis; hoje tudo está entregue ao mato e às moscas. Tantos anos passados, sem progresso, mostram que o sonho do metrô virou pesadelo. Nossas autoridades mineiras estão desprestigiadas em Brasília. Tenho acompanhado os encontros sem sucesso de nossos representantes com o governo federal. Até hoje não conseguiram nada. Se depender da União, Minas continuará do jeito que está: no fim da fila para obter tais recursos.

O metrô é reflexo da falta de sintonia com os anseios do povo mineiro. A Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU - tem um projeto, mas o governo tem outro. O problema do metrô é histórico: rasteja desde a década de 80. A Linha 1, que vai até Venda Nova, não funciona como deveria, e os moradores da região ainda sofrem com as deficiências da Estação Vilarinho. Duas décadas depois, ainda engatinhamos rumo à Linha 2, que liga a região do Barreiro aos hospitais, e rumo à Linha 3, que vai da Savassi à Pampulha. Uma das notícias mais recentes é que a Linha 3 deve ser priorizada. Por causa da Copa do Mundo de 2014, seria construída a primeira ligação entre a Pampulha e a Savassi. Não sou contra a Linha 3, mas essa decisão é um desrespeito com o usuário do transporte público do Barreiro e de Betim. Os Deputados Célio Moreira, Dinis Pinheiro, este Deputado e outros lutamos há mais de 15 anos em busca de uma solução: primeiro, uma ligação com o Barreiro e, depois, uma ligação do Eldorado a Betim. Mas esse sonho virou pesadelo.

É um desrespeito com o usuário do transporte público do Barreiro e de Betim. No caso de Betim, devo destacar que se trata de uma grande injustiça. O Município é o que mais arrecada, gera emprego e renda e abriga grandes empresas, como, por exemplo, a Fiat Automóveis. No estudo do transporte de massa mais barato, deveria ter sido priorizado principalmente o subsídio que seria dado pelo governo do Estado e pelas prefeituras.

Isso nos faz constatar que passou da hora de apresentar outras propostas. Tenho consultado especialistas em transporte público, ouvido usuários, debatido com autoridades e cheguei à conclusão de que existem alternativas, sim. Penso que poderíamos amadurecer a ideia não de um trem metropolitano, mas de um veículo leve sobre trilhos - VLT -, que pode ser a garantia de transporte de qualidade, seguro, ágil, menos poluente e mais barato. Esse transporte hoje está estimado em cerca de R\$40.000.000,00 por quilômetro. Poderíamos aproveitar esse trecho do Eldorado até Betim, que até hoje não foi concluído porque se dá prioridade, acima de tudo, ao transporte de cargas, que representa um numerário muito maior. Os passageiros, no caso, ficariam em segundo plano.

Quero dizer também que não seria preciso fazer mais desapropriações. Já existem terrenos para isso. Todos devem mobilizar-se. Não precisamos usar pretextos como a Copa do Mundo para levantar a questão. Já faz 20 anos que temos vários outros pretextos.

Estou vendo algumas reportagens de vários veículos de comunicação: "Aécio acusa União de descaso com o metrô". Isso é uma realidade pela qual vários governos passaram. Estive uma vez em Pouso Alegre, quando o Presidente Lula inaugurou parte da BR-381. Naquele momento foi dito que nenhuma obra seria paralisada neste governo e que o metrô da Região Metropolitana seria prioridade. Isso não aconteceu.

Outro veículo de comunicação, o jornal "O Tempo", traz as matérias "Estado e Prefeitura cobram verbas federais para metrô" e "Metrô da capital anda sem rumo e sem verbas". O "Diário do Comércio" também noticia com muita ênfase matéria sobre o metrô. "Para pôr o transporte na linha" refere-se ao VLT, que está sendo discutido pelas Prefeitas de Betim e de Contagem, Marília Campos e Maria do Carmo Lara. "VLT vai transportar 94 mil pessoas por dia". O jornal de Betim fala de "Uma viagem promissora: expansão do metrô até Betim está cada vez mais próxima da realidade", mostrando uma visita feita pelas Prefeitas Marília Campos e Maria do Carmo Lara ao trecho que vai do Eldorado até a cidade de Betim.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - É apenas para parabenizá-lo pelo pronunciamento, Deputado Ivair Nogueira, e serei breve. O assunto que V. Exa. traz ao Plenário da Assembleia está sempre em pauta em nossas reuniões ordinárias e extraordinárias. É fato o descaso do governo federal e do Presidente Lula para com os belo-horizontinos e os mineiros que vivem nesta cidade ou por ela passam e necessitam de transporte público de qualidade. O transporte de qualidade amenizaria o sofrimento de todos os que andam pelas ruas de Belo Horizonte e de toda a região metropolitana em seu dia a dia.

Comungo com V. Exa. da opinião de que a Linha 2 do metrô, que liga a região do Calafate ao Barreiro, precisa ter prioridade sobre a Linha 3, que ligaria a região da Savassi à Pampulha. Esse é um projeto muito interessante, mas implicaria quase o dobro de recursos, uma vez que a linha seria quase 100% subterrânea. Além de demandar mais recurso financeiro, essa obra demandaria também mais tempo, o que já não temos de sobra, porque a Copa do Mundo bate às nossas portas - temos aproximadamente cinco anos até o início da Copa de 2014, jogos de que Belo Horizonte será uma das sedes.

O Governador já chegou ao ponto de, há 15 ou 20 dias, dar declarações duras contra o governo federal, coisa que não é do seu feitio. Também o Prefeito Márcio Lacerda, que recebeu na última campanha em Belo Horizonte o apoio ostensivo do PT e, em especial, do Presidente Lula, também vem cobrando de forma dura do governo federal agilidade e liberação de recursos para o metrô. Se continuarmos no ritmo em que estamos, nem para a Copa de 2014 nem para a Copa que se realizará daqui a 50 ou 60 anos, quando voltarmos a sediar a Copa do Mundo no Brasil, teremos resolvido o problema da mobilidade urbana em Belo Horizonte. Parabéns a V. Exa. por seu pronunciamento.

O Deputado Ivair Nogueira* - Agradeço ao Deputado Gustavo Valadares o aparte. Os veículos de comunicação têm noticiado que a implementação do trem-bala de São Paulo ao Rio de Janeiro não será mais possível para a Copa de 2014. Acho que estamos vivendo o clima da Copa da África do Sul, país que não vai cumprir várias das exigências feitas. Como o Brasil é o País do "jeitinho", parece que estão entendendo que também não precisará cumprir todas as etapas apresentadas no planejamento, já aprovado, que daria ao Brasil a condição de sediar a Copa de 2014. Quando falo que sou contra o metrô subterrâneo da Pampulha à Savassi estou pensando no projeto desse metrô, que teve início há 20 anos e sobre o qual se propagandeou por placas colocadas por todos os locais, principalmente em Betim e no Barreiro, e por cuja

conclusão os Deputados desta Casa têm lutado muito. Entendo que a prioridade é concluir o ramal do Barreiro, o mais barato para se concluir atualmente e que vai desafogar o trânsito de Belo Horizonte. Venho todos os dias de Betim e sei que temos encontrado dificuldade muito grande para chegar a Belo Horizonte e para sair daqui, principalmente para quem faz uso da Avenida Amazonas e da chamada Via Expressa, que de expressa não tem nada, pois está cheia de cruzamentos e sinalizações que impedem o fluxo natural dos veículos que transitam por uma rodovia ou por outra. E soluções não são apresentadas. A Fiat Automóveis, responsável hoje por grande parte do PIB mineiro, tem uma indústria que fabrica automóveis e que gera receita para Betim, mas é responsável por grande receita do governo do Estado. No entanto, não é analisada uma condição de conclusão do metrô ligando o Eldorado a Betim que não passe pelo Centro de Betim, mas principalmente pela região do Imbiruçu e do PTB. Que haja um ramal junto à maior empresa automobilística do Brasil para desafogar o fluxo de pessoas que precisam chegar em hora certa. Lembro muito bem que, quando da conclusão da Via Expressa, a Fiat Automóveis participou, com o governo do Estado e com o ex-Governador Eduardo Azeredo, da antecipação de receitas para concluir tal via, que estava paralisada há muitos anos.

Neste momento, é fundamental que aqueles que estão fazendo estudos que visam à Copa do Mundo de 2014 - um simples pretexto - tenham a responsabilidade de não vir aqui com a linha subterrânea para ligar a Pampulha à Savassi, pois isso é um sonho, e só irão cavar buracos sem conclusões.

Tenho visto também que, quando se fala em buscar recursos do governo federal, principalmente para o metrô, a primeira coisa alegada é que não existe projeto. E sem projeto não se pode buscar recurso; sem o projeto executivo, não há planilha de custos. Assim fica difícil. É preciso que a CBTU compartilhe suas ideias com a Prefeitura de Belo Horizonte, e que as Prefeituras de Betim e de Contagem deem sua contribuição, principalmente no que se refere a essa ideia, que é válida, buscando o VLT para ligar Contagem a Betim. Mas é preciso partir do Eldorado e ir até Bernardo Monteiro, para depois chegar à estação do Imbiruçu, para que tenhamos transporte de massa mais barato e subsidiado. O próprio metrô, que o governo do Estado e as Prefeituras deverão subsidiar, também não aconteceu. Isso é um dificultador, pois o governo do Estado e as Prefeituras têm o dever, por projeto de lei já aprovado, de subsidiar essa diferença de custo para facilitar o transporte do trabalhador mineiro.

Por isso, quero que as autoridades trabalhem muito em prol do transporte coletivo. Cada dia fica mais difícil chegar e sair de Belo Horizonte. E a falta de investimentos vai atrapalhar muito se não tivermos a responsabilidade de discutir esse assunto tão importante. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, colegas Deputados, o que me traz à tribuna é o absurdo que começamos a assistir em Belo Horizonte com o aumento do IPTU para 2010, que chegará a mais de 180% em alguns casos. Não sei se o modelo que estão aplicando é o Robin Hood, como disseram alguns, ou se é o modelo Hugo Chaves, como dizem outros. Mas é um modelo preconceituoso, em que o morador da região Centro-Sul de Belo Horizonte será extremamente prejudicado.

Alguns me questionam por que, sendo Deputado, estou falando do imposto. Estou falando porque tive a honra de ter sido, nesta Casa, o segundo mais votado em Belo Horizonte, de representar sua população, e tenho obrigação de, como advogado, alertar para o que vai acontecer. Creio que o Sr. Prefeito Márcio Lacerda não teve a dimensão do que representa um aumento de 180% no IPTU para a classe média em Belo Horizonte, classe média que já vai suportar, no início do ano, aumento no IPVA, mensalidades escolares e em outros tributos. O IPTU de um apartamento modesto no Bairro Santo Antônio passará de R\$1.500,00 para em torno de R\$2.800,00 a R\$3.000,00.

Isso é uma agressão ao contribuinte de Belo Horizonte, que, no nosso entendimento, não suportará esse aumento inoportuno, ilegal e inconstitucional. Esse aumento punirá excessivamente a classe média. Qual é a razão, Sr. Prefeito? Os Secretários Municipais disseram que foram as obras realizadas na região Centro-Sul que fizeram valorizar esses imóveis. Queria que indicassem pelo menos uma única obra que a Prefeitura de Belo Horizonte realizou nessa região fazendo valorizar os imóveis. Nenhuma obra, nenhuma avenida, nenhum viaduto foi construído nessa região. É inadmissível que o IPTU tenha reajuste que chega agora a 180%. Como aquele professor e servidor público que, às vezes, mora no imóvel por ser herdeiro suportará esse aumento de tributo de IPTU? Como suportará essa carga tributária colossal?

Tudo isso me impressiona. Era um projeto antigo do PT em Belo Horizonte. Quando percebeu os efeitos nefastos desse projeto na Câmara, o Sr. Fernando Pimentel o recolheu. Entrou o técnico Márcio Lacerda, homem de bem, que foi obrigado a assinar esse projeto e encaminhá-lo à Câmara.

A inadimplência em Belo Horizonte já é das mais elevadas do Brasil. Temos 170 mil processos no fórum, distribuídos em seis Varas da Fazenda Pública Municipal. São mais de 25 mil processos por Juiz, o que é humanamente impossível de trabalhar. Vem esse aumento brutal no IPTU. Em vez de reduzir a carga tributária, de agilizar a máquina pública, parar com as contratações e evitar a malversação do dinheiro público para cumprir o que prometeram, vêm com um aumento brutal de IPTU.

Faço aqui alguns elogios ao Prefeito Márcio Lacerda, que realmente está limpando a cidade de Belo Horizonte na questão dos "outdoors". Tem o nosso apoio irrestrito nessa hora. Quanto ao IPTU, conseguimos coletar mais de 25 assinaturas em um manifesto com os Deputados mais votados em Belo Horizonte, porque temos que nos irmanar na luta contra esse aumento. Ele será entregue ao Prefeito o mais breve possível e encaminhado à Prefeitura como forma de protesto da classe média de Belo Horizonte, preconceituosamente chamada de classe privilegiada. Quem mora no Santo Antônio, Gutierrez, Grajaú, Padre Eustáquio e Prado será considerado privilegiado e suportará 180% de aumento do IPTU? Evidentemente que não.

Estamos pedindo ao Prefeito de Belo Horizonte, juntamente com outros companheiros, que retire esse projeto da pauta. Realizaremos também uma audiência pública porque estamos discutindo a Capital mineira. A PBH quer ocupar o Centro da cidade e, de forma mais incoerente ainda, que o IPTU seja muito mais elevado no Centro. Ora, todos os que ocupam hoje o Centro e todos os profissionais liberais estão deixando de ocupá-lo em razão da alta carga tributária representada pelo IPTU. Então, seria o momento de se fazer o contrário e facilitar a ocupação de Centro mediante redução do IPTU e da carga tributária, especialmente no momento em que vários órgãos públicos irão para a nova Cidade Administrativa.

Daí concluímos que o que querem fazer na PBH com esse Projeto nº 767 encaminhado à Câmara é realmente punir de forma absolutamente desmedida e desarrazoada o cidadão que mora num bairro de classe média de Belo Horizonte.

Logo, Deputados, gostaria de contar sempre com o apoio de V. Exas. nessa batalha. Não podemos permitir que o cidadão seja engolido e tragado pela voracidade tributária da PBH.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Deputado Délio Malheiros, agradeço o aparte e parabeno V. Exa. pelo pronunciamento. Gostaria de dar uma explicação sobre a nota que li hoje na imprensa escrita, que diz que não é dever de V. Exa. reclamar ou cobrar do poder público municipal, mas, sim, que esse dever é da Câmara Municipal. Porém, venho discordar dessa opinião do jornalista; infelizmente, nem tudo eles acertam. Trata-se de um problema do Deputado, sim; afinal, ele tem de se preocupar com tudo o que interessa a qualquer cidade dentro dos limites do Estado de Minas Gerais. Realmente, há exageros na cobrança do IPTU. Não estamos pedindo nem defendendo que não se pague esse imposto, mas que, pelo menos, haja justiça e equilíbrio nas estipulações dessas taxas.

Portanto, quis fazer esse registro sobre a minha opinião contrária à manifestação do jornalista que se posicionou contrariamente à manifestação da Assembleia em defesa do cidadão de Belo Horizonte relativamente ao aumento exorbitante do IPTU e parabenizar V. Exa., que cumpre tão bem seu papel de Deputado e que, como também já foi Vereador, não está se descuidando dos interesses do povo belo-horizontino. Parabéns pela sua postura, pelo seu trabalho e pela sua conduta de grande Deputado desta Assembleia. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Délio Malheiros - Muito obrigado, Deputado Doutor Viana. Gostaria de dizer aos que acham que o Deputado não deveria discutir o IPTU: é uma situação muito interessante porque, se o Deputado não o discute, dizem que a Assembleia está omissa. Grande parte dos devedores de Belo Horizonte são servidores públicos estaduais; por que, então, a Assembleia não vai discutir esse assunto? Se fosse assim, não estaríamos discutindo aqui o fator previdenciário, que é uma matéria de competência federal, como também a Prefeitura de Belo Horizonte, a Câmara Municipal não discutiríamos o ICMS, a aposentadoria e outros assuntos. Temos de discutir aqui, sim, os assuntos de importância do município, do contribuinte da União e do Município. Não podemos ficar omissos porque amanhã nós responderemos por essa omissão, e não aceitaremos isso, pois a Capital mineira tem uma cobrança de IPTU que se transformará em fonte de prejuízo permanente de todos os contribuintes de Belo Horizonte.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Nobre colega Deputado Délio Malheiros, empenho minha palavra, já confirmada com a minha assinatura no documento que V. Exa. fez circular entre os Deputados, pedindo apoio para levantarmos aqui uma frente contra esse assalto ao bolso do contribuinte em Belo Horizonte, sob alegação de que há uma distribuição social que beneficiará pessoas com imóveis até certa faixa de preço - se não me engano, imóveis de até R\$40.000,00 estariam isentos. Em compensação, outros municípios serão penalizados com até quase 200% de aumento do seu IPTU.

Portanto, eu, V. Exa. e outros Deputados desta Casa, que temos grande votação em Belo Horizonte - aliás, temos a maioria de nossos eleitores nesta cidade -, não podemos cruzar os braços diante dessa situação. V. Exa. está de parabéns por tomar essa iniciativa. Acredito que os nossos companheiros e amigos da Câmara Municipal com quem convivemos enquanto Vereadores estão no dever de fazer o discurso lá, como estamos no nosso dever de também defendermos esses municípios que confiaram em nós - em mim, em V. Exa. e em outros Deputados que tiveram votação expressiva na cidade de Belo Horizonte. Precisamos, sim, abraçar essa causa e exaurir essa discussão. Não podemos simplesmente aceitar que seja feita a imposição de aumento do IPTU na cidade de Belo Horizonte, onde o cidadão já é altamente penalizado com tantos impostos. Agora se surpreende o nosso município e, principalmente, o nosso eleitor, que confiou em nós. Não podemos negar a esse eleitor e a esse município, independentemente de ter sido nosso eleitor, o direito de discutir a questão nesta Casa, a Casa do povo, dos mineiros e dos belo-horizontinos. Muito obrigado.

O Deputado Délio Malheiros - Muito obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. Queremos alertar, Sr. Presidente, que esse aumento gerará, como disse, uma inadimplência enorme, que deixará a Justiça ainda mais atabalhoada com milhares de processos no fórum de Belo Horizonte. Nesta Casa e em todos os cantos, montaremos uma verdadeira trincheira contra esse aumento do IPTU. É inadmissível um aumento dessa envergadura. Já temos audiências públicas marcadas, além desse manifesto. Recebemos uma ligação do Dr. Charles Loft, Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, que está ombreado esforços com estes Deputados para contestar e lutar na Justiça contra o aumento do IPTU para 2010. As pessoas perceberão a gravidade desse aumento quando receberem a guia do IPTU em torno do dia 20 de dezembro, pois a primeira parcela e o pagamento à vista vencerá em 9 e 10 de janeiro. Portanto, temos de montar trincheira contra o aumento do IPTU.

Para se ter ideia, a Prefeitura arrecadará R\$100.000.000,00 a mais no primeiro ano, 2010. Quem pagará essa conta serão os 132 mil contribuintes, compreendendo 82 mil apartamentos e 50 mil casas. Esses 132 mil contribuintes é que terão de gerar essa receita extra de R\$100.000.000,00 para o Município. Quando fazemos a conta, temos em média R\$900,00 de aumento; e quando fazemos a conta caso a caso, o aumento poderá chegar a 180%. Uma pessoa que paga R\$1.000,00 pagará R\$2.800,00 de IPTU em 2010. A Prefeitura acha que isso é normal, acha que é simplesmente um acerto da base de cálculo do IPTU. Portanto, Sr. Presidente, temos de lutar contra qualquer aumento de tributo neste Estado. Se amanhã um aumento de ICMS prejudicar da mesma forma o cidadão, também votaremos contra e assinaremos com aqueles que defendem a redução de tributos um manifesto semelhante. Deixo os meus agradecimentos aos Deputados que assinaram esse manifesto, que será encaminhado ao Sr. Prefeito ainda hoje à tarde. Assim que o receber, saberá que a população está indignada. No final de dezembro, quando receber a guia do IPTU, a população ficará ainda mais revoltada.

Por último, conclamo os colegas Vereadores de Belo Horizonte, com os quais trabalhamos durante mais de dois anos, para que não votem esse projeto na forma original. Respeitando evidentemente a autonomia da Câmara, esperamos que nossos colegas se sensibilizem e não votem esse projeto, que é extremamente nocivo e pernicioso ao contribuinte de Belo Horizonte.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; senhores e senhoras da imprensa que dão cobertura aos trabalhos nesta tarde; senhores e senhoras que nos acompanham pelas galerias; senhores e senhoras que nos acompanham pela TV Assembleia. Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna não me tomará muito tempo.

Mais uma vez, volto para fazer a defesa de uma classe que está em segundo plano no governo. Falo dos aposentados do Ipsemg, mas também quero incluir os funcionários do DER. Não sei se os senhores sabem, mas há funcionários do DER com mais de 20 anos de carreira ganhando R\$500,00, R\$600,00 por mês. Há 14 anos, desde 1995, os aposentados do Ipsemg não têm um centavo de aumento. Aliás, na seção "Cartas à Redação" do jornal "Estado de Minas", saiu uma matéria de Giovani Myrrha Krauss, filho de aposentada.

Ele diz o seguinte: (- Lê:): "O governo do Estado precisa acudir os aposentados do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg. A situação é a pior possível. Verificando seus contracheques de 1995 até agora, constata-se que o valor das aposentadorias é o mesmo. Os aposentados estão com uma grande defasagem em seus proventos, pois, nesses 14 anos, já ocorreram vários aumentos no piso salarial brasileiro, sem contar a inflação do período, além, é claro, de taxas de luz, água e telefone mais altas, alimentação, transporte e medicamentos. Certo é que os vencimentos dos inativos do Ipsemg estão estacionados, e muitos deles são esteios financeiros para filhos e netos".

Além da reclamação do Giovanni Myrrha Krauss, temos ainda um "e-mail" que recebemos dele, em que detalha ainda mais a situação. A sua mãe tem 63 anos, trabalhou mais de 30 anos e está, há 14 anos, sem receber um centavo de aumento.

Nesse tempo que me é concedido na tribuna, quero fazer coro à voz daqueles que estão nesse momento pedindo o mínimo de sensibilidade por parte do governo do Estado quanto à revisão das aposentadorias. Sabemos que muita coisa mudou em 15 anos e que esses aposentados hoje gastam grande parte de seus salários com medicamentos. Alguns sustentam suas famílias, e esse salário às vezes chega a ser a única fonte de renda. Mas eles estão sem reajuste há 14 anos.

Mais uma vez, faço um apelo ao Governador Aécio Neves, que tem sido sensível a tantas causas, tantas demandas do nosso Estado, principalmente nessa área. De alguma forma, ele tem buscado corrigir as distorções, como essa do Ipsemg e a do DER. Sabemos que muitos funcionários têm dado sua vida a esse órgão, estão ali há muitos anos, próximos da aposentadoria, ganhando R\$500,00, R\$600,00. Não há nenhuma valorização dos servidores do DER, assim como não têm sido contemplados os servidores do Ipsemg. Precisamos que o governo tenha sensibilidade, que pense nesses aposentados, cuja maioria é formada por pessoas que já estão na chamada terceira idade, já estão numa fase da vida onde suas forças não permitem mais que ocupem uma função paralela para melhorar sua condição de renda. Muitos não têm mais condição física, gastaram a saúde trabalhando e agora estão aposentados há mais de 14 anos, como é o caso da D. Marina Myrrha,

mãe do Prof. Giovanni. E isso não ocorre somente com ela. Os aposentados do Ipsemg estão sem um centavo de reajuste há 14 anos. Quanta coisa mudou nesse tempo! Quantas coisas tiveram seu preço aumentado nesse tempo! Se pensarmos somente na inflação, vejam quanto desapareceu do poder de compra de cada um desses aposentados.

Fica aqui então o meu apelo à sensibilidade do governo para que reveja a situação dos aposentados do Ipsemg e dos funcionários do DER que ainda estão na ativa. É o que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de saudar a todos e a todas e agradecer, de forma especial, ao ilustre Presidente, Deputado Doutor Viana, e fazer nesta tribuna uma denúncia muito séria nesta tarde de hoje, relativamente às licitações que envolvem o transporte intermunicipal do nosso Estado. É um verdadeiro absurdo. Estamos colhendo documentos e verificando grande número de irregularidades. Licitações feitas há 30 anos permanecem válidas, e as empresas só vão ganhando presentes. Quando expira a validade da concessão ela é renovada, e não sabemos quais são as concessionárias, quantas são e em quais trechos operam. As formas de reajuste também não são claras. Nunca sabemos como são feitos os reajustes da tarifa do transporte intermunicipal por essas empresas. Ninguém sabe. É uma verdadeira caixa-preta o que ocorre com o transporte intermunicipal.

Vou dar um exemplo claro disso. De Uberlândia para Brasília, a passagem custa R\$65,00. Já quando se trata do transporte intermunicipal entre Uberlândia e Belo Horizonte, percorrendo-se apenas 60km a mais, quanto custa a passagem? Simplesmente R\$119,50, quase o dobro. O transporte intermunicipal, no caso ligando Uberlândia a Belo Horizonte, custa quase R\$120,00. Para ir de Uberlândia a Brasília, transporte interestadual, o cidadão paga praticamente a metade.

Existe alguma coisa muito errada aí. Por que não existe um processo licitatório claro e transparente? Por que a concessão às empresas vai sempre se renovando? Quais são essas empresas? Quais os trechos em que essas empresas operam? Queremos saber isso. Estamos apresentando um requerimento solicitando explicações ao DER, solicitando explicações ao governo. Temos que acabar com essa caixa-preta do transporte intermunicipal do nosso Estado.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Primeiro, Deputado Weliton Prado, gostaria de parabenizá-lo por abordar aqui um tema tão importante. Quero complementar sua fala: isso não ocorre somente no Triângulo Mineiro, mas em todo o Estado de Minas Gerais. O pior é que o Governador Aécio Neves baixou o Decreto nº 44.035, que proíbe a população de usar táxi. Hoje, por exemplo, no Norte de Minas, ou você viaja pela Transnorte ou pela Santo Antônio, se houver ônibus, porque, na maioria das cidades, só há uma vez por dia. Sendo assim, as pessoas estão proibidas de ir e vir. É a ditadura da obrigação de ter que viajar por essas empresas e pagar o preço que elas querem. Realmente, temos que tomar uma providência.

Quero assinar com V. Exa. esse requerimento para que medidas sejam tomadas o mais rapidamente possível. Esperamos que esse decreto absurdo do Governador Aécio Neves, que proíbe o direito de ir e vir das pessoas, seja derrubado o mais rapidamente possível. Estou com um projeto de lei aqui na Casa propondo tornar esse decreto sem efeito, porque ele não faz sentido. Nenhum cidadão que mora numa cidade no Norte de Minas Gerais pode ir mais a Montes Claros de táxi. Há taxista lá que já recebeu, em um só mês, 15 multas. Há taxista que, se vender o carro, não paga as multas. Criou-se também a indústria das multas no transporte. Como se não bastasse a indústria do meio ambiente, do IEF no Norte de Minas, criou-se agora a da multa para perseguir os taxistas do Norte de Minas, prejudicando, dessa forma, principalmente a população, que aprova e usa o serviço de táxi na nossa região. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de agradecer ao Deputado Paulo Guedes pelo aparte e de parabenizá-lo. Manifestamos nossa solidariedade a todos os taxistas de Minas Gerais, bem como aos caminhoneiros.

Estivemos na cidade de Tupaciguara e vimos lá um verdadeiro absurdo. A sanha arrecadatória do governo é muito grande. A indústria da multa é pesada em todos os setores. O DER está multando de forma indiscriminada os motoristas relativamente ao peso do veículo. Às vezes, o veículo pode transportar no máximo 37 mil quilos. Se passar desse limite, está certo multar. Às vezes a pesagem é feita por eixo. Muitas vezes há uma diferença de 10kg, mas isso não importa, pois eles vão lá e multam pesadamente, além de imporem a penalidade de perda de pontos na Carteira de Habilitação dos motoristas. Daí a nossa solidariedade a todos os caminhoneiros do Estado.

Falaremos agora especificamente do transporte intermunicipal. Estamos preocupados com a forma nada transparente como são conduzidas as licitações para esse setor no Estado. Aliás, essa preocupação com o setor já existe há alguns anos. Sou, aliás, autor de vários projetos de lei sobre o transporte intermunicipal no Estado. Queremos saber quantas empresas operam em Minas. Custa passar-nos essas informações? Quando elas são solicitadas para São Paulo ou para outros Estados, são disponibilizadas na hora, de imediato ficam disponíveis na internet. Aqui em Minas Gerais não se conseguem as informações sobre quais e quantas são essas empresas que operam no Estado. Em que trechos cada uma opera? Queremos saber, por meio do nosso pedido de informação, quais os critérios utilizados para licitação e para prorrogação. Se houve licitação para 10 anos, esse é o prazo. No entanto, vão-se prorrogando os prazos. Se forem cinco anos, prorroga-se o prazo para 10; se forem 10, para 15; se forem 15, para 20; se forem 20, para 30. Há empresas que estão há 30 anos nesse processo. Isso praticamente configura no Estado o monopólio das empresas intermunicipais de transporte coletivo. Está caracterizado esse monopólio no nosso Estado. Precisamos, pois, investigar a fundo a questão.

Sabemos que existem empresas que já estão há mais de 30 anos atuando no sistema, embora a idade média dos ônibus seja em torno de seis anos. Então, a vida útil dos ônibus, para estarem em boas condições, é em torno de seis anos. Não conhecemos os critérios para a concessão e não sabemos como será esse novo edital de licitação. Toda essa licitação nos parece ter caráter de monopólio. Tudo leva a crer que há a configuração aqui de um verdadeiro monopólio das empresas que estão operando no setor. Estamos solicitando, aliás, ao DER as informações, por meio de requerimento, porque todo esse processo contribui para uma forma nada transparente de agir, assim como ocorre com os reajustes tarifários.

Como eu disse, uma passagem de Uberlândia para Belo Horizonte no transporte intermunicipal, trecho que tem praticamente a mesma distância de Uberlândia a Brasília, que é um transporte interestadual, custa quase o dobro. Aí o povo não aguenta. Tudo aqui em Minas Gerais tem de ser mais caro?

O ICMS do álcool, do combustível em Minas Gerais é 25%; em São Paulo, 12%; em Goiás, 15%. O ICMS da conta de energia elétrica em Minas Gerais é 42%. Sempre lembro isto aqui: Tiradentes foi esquarterado por um quinto da coroa, por 20%; é o patrono, aliás, da Polícia Militar. Hoje, só de ICMS relativo à tarifa de energia, são 42%. O IPVA em Minas Gerais é um dos mais caros do Brasil, muito mais caro que em outros Estados. Vivemos essa grande contradição. Tudo em Minas Gerais é mais caro, e falta transparência. Infelizmente, quem acaba pagando a conta é o consumidor, as pessoas que precisam de utilizar o transporte intermunicipal.

Por isso queremos verificação, queremos respostas para nossos requerimentos. Não seria nem necessário apresentar requerimentos solicitando informações; fornecer dados já deveria ser praxe das empresas do DER, dados esses que deveriam estar na internet para todo cidadão que tivesse interesse em conferi-los. Trata-se de direito de todo cidadão saber quais são as empresas, em quantos trechos operam, quais são esses e quando essas empresas começaram a operar no Estado. Quando? Gostaríamos mesmo de ter essas informações, pois trata-se de direito de todo cidadão mineiro.

Sou autor do Projeto de Lei nº 101/2007, que estabelece regras que disciplinam procedimentos para reajuste das tarifas do transporte coletivo intermunicipal. Isso porque a população não tem nem o direito de conhecer as propostas de reajustes. Hoje ninguém tem direito de saber o valor de reajuste. Determinam o percentual de reajuste no valor das passagens dos ônibus intermunicipais, e o cidadão, surpreendido, tem de pagar tal valor, definido pelas empresas com a participação do DER. Nem de fiscalizar o sistema ou mesmo de reivindicar alteração tarifária menor o cidadão tem direito. Quer dizer, o cidadão não tem como fiscalizar nem contestar os valores de reajuste que o DER impõe; aliás, nem de fazer fiscalização alguma em relação às empresas que operam no setor. Esses reajustes acontecem anualmente. Em 2008, por exemplo, não houve divulgação pelo DER, nem relativamente à média, de forma clara e objetiva, do reajuste ocorrido. Então é tudo obscuro, ninguém tem informação de nada, é tudo por debaixo do tapete, para esconder a sujeira.

Esse absurdo de não garantir a participação popular e o controle social sobre o reajuste das tarifas precisa acabar imediatamente. O cidadão tem o direito de participar, e é isso que o nosso projeto garante. Ele garante audiência pública, a ampla divulgação das planilhas de custo, para que todo cidadão tenha acesso aos custos de cada empresa e saiba quanto realmente deveria ser o valor da passagem, para não haver esse absurdo, pois o valor da passagem intermunicipal no nosso Estado é muito mais alto do que em outros Estados da Federação. Parece que tudo acontece aqui.

Aliás, encontram-se aqui estudantes da Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas - Ames. Trata-se de luta antiga. Belo Horizonte é praticamente a única Capital do País onde os estudantes não têm direito a 50% de desconto no valor da passagem. Em várias outras Capitais, os estudantes têm direito ao passe livre. Infelizmente, no nosso Estado, na nossa Capital, ainda está só no papel. Foi aprovado, mas foi parar na Justiça. Quer dizer, infelizmente não é respeitado.

Então, não há divulgação do DER, de forma clara, do reajuste ocorrido, como apresentei, em relação às planilhas. O absurdo cometido pelo DER de não garantir participação popular e controle social sobre o reajuste das tarifas precisa acabar. Queremos publicação obrigatória na internet das planilhas de custo das empresas que subsidiam os reajustes e ainda convocação e realização de audiência pública para discutir, com a população, os índices e os critérios de alteração da base tarifária. O valor da passagem dentro do Estado de Minas Gerais é muito mais alto. Mas de qualquer cidade de Minas para outro Estado - dos Municípios do Triângulo Mineiro, do Norte ou do Sul de Minas ou da região central -, o valor é mais baixo, quase a metade do preço, se comparado com o valor cobrado dentro do Estado. Por que, dentro do Estado, a passagem é quase o dobro do preço? Há algum motivo. Queremos essas informações por parte do DER, que infelizmente joga a sujeira para debaixo do tapete em vez de mostrar a realidade à população de Minas Gerais. Todos os dados que solicitamos aqui deveriam estar disponíveis na internet. Queremos saber quantas empresas operam no Estado, quais são elas, quais os trechos em que cada empresa opera e quando essas empresas ganharam a licitação, além de quando ganharam o presente da prorrogação, do aditamento desse processo licitatório totalmente ilegal. Não é possível uma empresa ganhar licitação por 5 anos e estar há mais de 30 anos utilizando o serviço do Estado. Isso garante verdadeiro monopólio. Os preços das passagens são estipulados da forma que bem lhes convier, e são dos mais altos do País. Queremos que o DER nos informe com clareza sobre tudo isso. Não dá mais para jogar a sujeira para debaixo do tapete; realmente precisamos descobrir o que está por trás disso, por que a passagem aqui é muito mais cara e por que a empresa se perpetua no processo, garantindo o monopólio do transporte coletivo dentro do nosso Estado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Presidente Deputado Doutor Viana, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, agradeço, inicialmente, a deferência do Deputado Almir Paraca, que abriu mão da sua inscrição para que este Deputado fizesse seu pronunciamento, uma vez que, nesta semana, a Assembleia Legislativa iniciará o processo de revisão do PPAG com vistas ao Orçamento do ano de 2010 - último ano do governo Aécio. Daí a importância de esta Casa analisar, com a sociedade civil, como estão os projetos do ano de 2009 em andamento e, particularmente, finalizar essa análise com vistas ao desfecho do governo de 2010, pois se trata, reitero, do último ano do governo Aécio nesta atual gestão em Minas Gerais. Faço aqui, então, convite público - obviamente aos Deputados e às Deputadas mas também a toda a sociedade mineira - para que participem desse processo, que é absolutamente inovador em nosso país.

Desde 2003, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão, realiza audiências públicas de participação popular. Nesses seis anos, quando já discutimos dois Planos Plurianuais e algumas revisões anuais, que, aliás, foram introduzidas na dinâmica de monitoramento das políticas públicas por meio de emenda popular apresentada no ano de 2003, muitas conquistas foram incorporadas nos sucessivos Orçamentos e no planejamento do Estado, por meio de 526 emendas populares aprovadas. Repito: nesses anos, conseguimos introduzir, no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual, 526 emendas, que se traduzem em ganhos objetivos para as políticas públicas em Minas. Uma que sempre ressalto como da maior importância foi, já em 2003, a que criou o projeto estruturador Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, que se desdobrou na implantação do Sistema Único da Assistência Social em Minas Gerais, sistema coordenado pelo governo federal, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, por meio do Ministro e ex-Prefeito Patrus Ananias, mas que precisava dos Estados, da parceria e da corresponsabilização - Minas Gerais foi o primeiro Estado a participar do cofinanciamento do Sistema Único por meio de emenda popular aprovada nesta Casa.

Para que os senhores tenham uma ideia, hoje temos, já de maneira incorporada ao planejamento do Estado, o Projeto Estruturador Implantação do Suas, no valor de R\$39.000.000,00. Minas Gerais tem mais de 400 Centros de Referência da Assistência Social - Cras - implantados. Portanto, só por esse projeto, já valeria a pena essa participação. Mas, como disse, são mais de 500 emendas, e outras áreas foram contempladas. Uma outra campanha que todos conhecem, e muito bem-coordenada pelo Servas, é o Proteja Nossas Crianças, cujos recursos anualmente a ela destinados têm, em parte, origem nessas emendas populares, particularmente no que toca ao aparelhamento dos conselhos tutelares, seja na aquisição de veículos, computadores, ou mesmo na capacitação dos seus membros.

Sr. Presidente, cumprimento os estudantes que acompanham os trabalhos da Assembleia. Agora retomo dizendo que o início da introdução da alimentação escolar no ensino médio em Minas Gerais e da experiência de ensino integral, também aqui, no ensino médio foram ainda resultado de emendas populares no PPAG 2004-2007.

O combate ao trabalho infantil nos lixões em Minas Gerais, o qual tem a coordenação da Sedese, também é realizado aqui com recursos das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, uma vez que esse projeto é realizado institucionalmente pela Assembleia, em conjunto pelas duas Comissões.

Temos várias iniciativas de apoio à Economia Popular Solidária. Só neste ano, são mais de R\$700.000,00 destinados à capacitação de empreendedores da Economia Popular Solidária e também na realização das feiras regionais de Economia Solidária. Temos a introdução de uma ação nova no Plano Plurianual de acompanhamento social às famílias de alunos do projeto Poupança Jovem, com recursos anuais previstos de mais de R\$1.000.000,00. Essa ação, aliás, corresponde à Lei nº 16.683/2007, de minha autoria, que introduz as ações de acompanhamento social nas escolas.

Temos ainda a previsão de implantação de Centros de Atenção Psicossocial da Saúde Mental Infanto-Juvenil, desde o ano passado, com recursos de mais de R\$900.000,00, e a estruturação dos Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan -, em mais de 400 Municípios de Minas Gerais, também resultado de emenda anual no valor de R\$1.000.000,00.

Como são mais de 526 emendas populares aprovadas, evidentemente não vou aqui fazer um balanço pormenorizado de cada uma delas. Mencionei algumas para que sirvam de exemplo, porque amanhã, dia 14 de outubro, estaremos iniciando essa nova revisão do Plano Plurianual

na cidade de Iturama. Posteriormente, no dia 20 de outubro, estaremos na cidade de Itaobim, no Médio Jequitinhonha.

Quero destacar ainda que, no ano passado, na revisão do Plano Plurianual, nessa mesma cidade de Itaobim, conseguimos aprovar mais de R\$13.000.000,00 para o Vale do Jequitinhonha, no Projeto Estruturador Convivência com a Seca e Inclusão Produtiva, que também teve os recursos garantidos por meio de emendas populares.

Estaremos novamente em Itaobim, no dia 20 de outubro; no dia 22, estaremos em Montes Claros; no dia 27, em Poços de Caldas e no dia 29, em Juiz de Fora. Entre os dias 4 e 6 de novembro, fecharemos o processo aqui, no Plenário da Assembleia Legislativa, com a presença de movimentos sociais, ONGs, estudantes, universidades, segmentos empresariais, sindicatos. Será uma participação aberta, plural. E quanto mais plural melhor, porque ela vai-se refletir de maneira mais abrangente na qualificação das peças orçamentárias, seja o Plano Plurianual, seja o Orçamento Público para o ano de 2010.

Quero lembrar também que, nesta semana, na sexta-feira, a Escola do Legislativo e os consultores desta Casa realizarão curso de capacitação para lideranças, cidadãs, cidadãos, entidades que desejam participar do planejamento e dessas revisões para o ano que vem. Além de realizar as audiências, esta Casa tem o cuidado também de capacitar aqueles que participam. Não adianta simplesmente vir, assinar lista, levantar crachá: é importante que essa participação tenha incidência, com propostas consistentes. Isso vem acontecendo nos últimos anos. Por isso reitero que essa é experiência inédita e deve ser valorizada, respeitada. Ocorreu também seu desdobramento em outras cidades. Neste ano, a Capital de Minas, Belo Horizonte, está realizando, pela primeira vez, planejamento de médio prazo com participação popular. A abertura foi feita na semana passada, e hoje mesmo será realizada a audiência pública da Comissão de Orçamento da Câmara, repetindo o que a Assembleia faz aqui desde 2003.

Aproveito este momento para alertar as câmaras municipais do interior do Estado: neste ano, cada prefeitura apresentará e votará nas Câmaras, até o final do ano, o planejamento para os próximos quatro anos - 2010 a 2013. É importante que cada câmara municipal abra esse processo à população, organize audiências públicas e convide o Executivo a apresentar suas prioridades. Estamos vivendo um momento no País de afirmação de políticas públicas republicanas, com critérios amplos e transparentes de acesso aos recursos públicos. A continuidade na administração do que está sendo bem realizado é premissa, diretriz da boa política pública, e é fundamental, além da votação, o monitoramento dos planos.

No meio deste ano, a Assembleia realizou audiência de monitoramento da execução orçamentária. Hoje há sistema de acompanhamento até mesmo do Orçamento Público. No caso do Orçamento Criança e Adolescente, na condição de coordenador da Frente Parlamentar da Criança, tenho condição, por meio do trabalho técnico realizado por esta Casa e por nossos assessores, de acompanhar todas as ações relacionadas direta ou indiretamente à criança e ao adolescente no Estado. Para que os senhores tenham ideia, no caso do Orçamento Criança e Adolescente, são destinados R\$13.000.000.000,00 entre ações diretas e indiretas em nosso Estado. É importante que a Assembleia hoje ofereça, como está fazendo, aos movimentos da área da criança acompanhamento quadrimestral do Orçamento Criança e Adolescente - OCA -, como fazemos nas áreas da assistência social, da segurança alimentar. É importante também que essa experiência tenha ressonância nas câmaras municipais, porque infelizmente ainda é muito comum, no interior, que os Vereadores não tenham sequer a ferramenta técnica para acompanhar o Orçamento, para cobrar a realização de obras, de projetos, de políticas públicas. Reitero aqui o convite a toda a sociedade de Minas Gerais. É uma revisão fundamental, porque é o último ano. Quero dizer que foi no Plano Plurianual que esta Casa aprovou, por exemplo, o Processo, programa muito importante de asfaltamento dos trechos entre os Municípios de Minas Gerais que não tinham asfalto.

Muita gente não sabe, mas foi esta Assembleia que aprovou esse projeto estruturador no primeiro Plano Plurianual de 2004, para 2007, e, sucessivamente, vem disponibilizando mais recursos e aprovando este e outros projetos estruturadores, como exemplifiquei por meio de um oriundo de emenda popular: a implantação do Sistema Único da Assistência Social - Suas - de Minas Gerais.

Por fim, Sr. Presidente, quero cumprimentar, na pessoa de V. Exa., a Mesa e o Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, sem cujo apoio não teríamos realizado esse trabalho, feito em parceria com vários movimentos sociais e com a Secretaria de Planejamento e Gestão. Agradeço ainda o apoio incansável dos servidores desta Casa, em todos os seus departamentos. Para que tenham ideia, nesse processo de realização das várias audiências públicas, a apresentação das sugestões ficou em torno de 400, 500 por ano e sua transformação em emendas foi de 60 a 80 emendas por processo, sendo que o período é muito curto, de um mês a um mês e meio. Se não fosse o empenho técnico dos servidores e de todos nós, com certeza esse processo não teria sido tão exitoso.

Assim, ressalto que o processo de revisão se inicia amanhã, na cidade de Iturama, e prossegue no próximo dia 20 de outubro, na cidade de Itaobim. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente e que nos acompanha pela TV Assembleia. Inicialmente, gostaria de saudar os visitantes desta tarde, estudantes de Direito da Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga, de Ponte Nova. Sejam bem-vindos.

Desejamos fazer referência a essa região com que estamos trabalhando neste mandato, a bacia do Rio São Francisco. Nós, que somos de Paracatu e que dirigimos um olhar todo especial para as Bacias Hidrográficas dos Rios Paracatu e Uruçuia, dois grandes contribuintes do Rio São Francisco à margem esquerda, vemos com bons olhos a visita do Presidente Lula a Minas Gerais amanhã. Ele depois se dirige à Bahia, a Alagoas e a Sergipe. Ele vem visitar as obras e acompanhar as ações de revitalização da Bacia do São Francisco.

Apesar da polêmica do programa de integração de bacias que o Presidente Lula vem insistindo em implementar com as justificativas todas que já são conhecidas do grande público brasileiro - de maneira especial dos nordestinos -, entendemos absolutamente necessária e fundamental a ação de revitalização da bacia do Rio São Francisco. Se não fosse o programa, não haveria também a ação efetiva de revitalização da bacia desse rio. Esse é o maior programa de revitalização em curso hoje no Brasil, e ele está em sintonia automática e absoluta com a crise climática que está estabelecida em todo o mundo. Entendemos que é preciso ampliar, cada vez mais, a participação da sociedade civil, não só para fazer o controle social dessas ações de revitalização, mas, acima de tudo, para auxiliar no seu desenvolvimento, comprometer-se com elas e envolver-se nelas, a fim de que ganhem corpo na sociedade e não se restrinjam exclusivamente às obras estruturantes de ampliação de rede de esgoto e de tratamento do esgoto sanitário, que, aliás, são muito importantes e decisivas. Portanto, é preciso alcançar, mobilizar, sensibilizar e envolver o conjunto da sociedade.

Assim, em relação à Bacia do Rio São Francisco - de maneira especial, a porção mineira da Bacia do São Francisco -, esperamos que nós, em Minas Gerais, cumpramos a nossa missão de fazer com que as águas desse rio entrem na Bahia com uma quantidade e uma qualidade que honrem a função que vem desempenhando há muitos anos, que é a de ser um rio de integração nacional.

Sr. Presidente, gostaríamos de fazer menção ao sucesso do II Encontro de Parceiros do Vale do Uruçuia, cujo tema foi "Sagarana: feito Rosa para o sertão", com o qual estivemos envolvidos desde o ano passado, assim como neste ano. É o viés cultural sendo trabalhado para auxiliar o desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Uruçuia. Quero agradecer aos diversos parceiros institucionais, aos Prefeitos, aos Vereadores, aos vários Ministérios que compareceram, aos diversos órgãos do governo do Estado que também estiveram presentes e, de maneira especial, às lideranças sociais e comunitárias que estiveram no Distrito de Sagarana, no Município de Arinos, nesse final de semana.

Faço um agradecimento especial ao Sr. Carlos Alberto Recch, Prefeito do Município de Arinos, parceiro em todo esse esforço de desenvolvimento sustentável regional. Quero agradecer a presença aos Prefeitos Mundinho, de Chapada Gaúcha; Padre Luiz, de Bonfinópolis de Minas; José Vilmar, de Riachinho; Anchieta, de Uruçuaia; e Prefeita Tânia, de Uruana de Minas. Todos esses Municípios situam-se no Vale do Rio Uruçuaia.

Da discussão com os parceiros, além de avaliar de forma positiva o estágio de andamento dos projetos com esse cunho de desenvolvimento sustentável da nossa região, em especial da Bacia do Rio Uruçuaia, tivemos duas grandes definições para envolver, aliar e alinhar o esforço de todos os parceiros no Vale do Rio Uruçuaia. Primeiro, a definição de trabalhar por uma escola diferenciada, que representasse as particularidades, principalmente as culturais, da Bacia do Rio Uruçuaia, o vínculo com esse território que é intimamente associado com a obra do grande escritor João Guimarães Rosa. Quer dizer, a Escola Sagarana, além desse viés cultural, deve trabalhar o viés do protagonismo juvenil e do empreendedorismo, que são fundamentais para sustentar o desenvolvimento. Segundo, de maneira especial, o compromisso do Instituto Federal do Vale do Rio Uruçuaia, estabelecido em Arinos, que já está funcionando e terá a sua sede inaugurada ainda este ano juntamente com o Instituto Federal de Paracatu - aliás, são institutos popularmente conhecidos como Cefets, mas a terminologia mudou e agora são institutos federais.

Portanto, o Instituto Federal de Arinos está comprometido com essa proposta. O Diretor desse Instituto, Prof. Edmilson, e o Pró-Reitor de Extensão do Instituto Federal do Norte de Minas estiveram lá e se comprometeram a nos ajudar na construção da proposta político-pedagógica da escola diferenciada para o Vale do Rio Uruçuaia, a Escola Sagarana, e também na retomada dos fóruns de sensibilização e mobilização das lideranças da Bacia do Rio Uruçuaia para fazer avançarem os diversos projetos que estão em curso e o desenvolvimento sustentável na região.

Saúdo todos os agentes de desenvolvimento regional que também compareceram - mais de 120 agentes - e estão atuando na Bacia do Rio Uruçuaia. Foi um momento muito rico de congraçamento, de confraternização, de intercâmbio e de solidificação desse compromisso, de atuação e mobilização pelo desenvolvimento sustentável regional. Agradeço, de maneira especial, às diversas lideranças comunitárias que lá compareceram.

Sr. Presidente, tivemos em destaque o lançamento do Centro de Difusão de Tecnologias Sociais, instalado em Sagarana com o intuito de difundir as tecnologias sociais em toda a Bacia do Rio Uruçuaia e em toda a região do Noroeste de Minas, alcançando também a Bacia do Rio Paracatu. Trata-se de uma ação coordenada pela Associação de Apoio à Agricultura Familiar - Alfa -, com apoio da Agência de Desenvolvimento do Vale do Rio Uruçuaia e da cooperativa Copabase - ambas sediadas em Arinos -, para atender toda a região, e uma promessa para interiorizar ciência e tecnologias adaptadas e apropriadas à necessidade do sertão, uma tecnologia social, o Programa de Agroecologia Integrado e Sustentável - Pais -, parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais; da marca regional para os produtos do Vale do Rio Uruçuaia, um trabalho feito pelos estudantes de "Design" da UnB; do Projeto de Apoio à Infovia Municipal e Inclusão Digital de Arinos; do projeto do novo modelo socioassistencial da Escola Caio Martins de Riachinho. Neste momento, nós, que tanto trabalhamos pela atualização da metodologia da Fundação Caio Martins, temos de saudar e agradecer o trabalho do Prof. Cloves Benevides e também o do grande educador Tião Rocha, que esteve conosco, em Sagarana, nesse grande encontro dos parceiros do Vale do Rio Uruçuaia e fez uma belíssima exposição. Se Deus quiser, estamos acertando para fazer também em Sagarana, no coração do Vale do Rio Uruçuaia, mais um núcleo de excelência de Tião Rocha, um grande educador popular brasileiro que vem desenvolvendo seu trabalho em Araçuaí e em outras cidades do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, o Diagnóstico Cultural do Vale do Rio Uruçuaia, financiado pelo Ministério da Cultura, fruto também do apelo e da mobilização dos atores culturais da região, reforçado na Conferência Intermunicipal de Cultura, que aconteceu neste final de semana na abertura das atividades em Sagarana.

Depois desse Diagnóstico Cultural, estamos construindo com o Ministério da Cultura um edital específico para esse recorte da Bacia do São Francisco como um projeto-modelo para aplicar na Bacia do Rio Uruçuaia e, posteriormente, estendê-lo a toda a Bacia do São Francisco. Assim, se disponibilizariam nesse recorte menor todos os programas e todas as ações do programa Mais Cultura, do Ministério da Cultura; do Projeto Barraginhas: 13 mil barraginhas no programa de revitalização da bacia do São Francisco serão executadas também na Bacia do Rio Uruçuaia; do Programa de Fortalecimento Institucional. Uma nova institucionalidade fundamental para esse trabalho regional, que é exatamente o Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Uruçuaia. É fundamental ter esse instrumento de cooperação regional de articulação e também de execução de ações, de projetos e programas regionais para permitir que as Prefeituras se associem e se cotizem para desenvolver ações regionais.

O consórcio já existe, está atuando - aliás, há ações e conquistas - e será fortalecido com o apoio da Fundação Banco do Brasil.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de retomar tema que consideramos fundamental, o programa Luz para Todos. Há alguns dias, nossa Bancada PT-PCdoB esteve reunida com o Dr. Djalma Moraes, Presidente da Cemig, e solicitou que o programa Luz para Todos fosse encaminhado e concluído com agilidade, a fim de que haja pleno atendimento até o final de 2010. Como fruto dessa discussão, dessa reunião de trabalho, o Presidente da Cemig enviou carta para a bancada, em nome do Deputado Padre João, com o seguinte teor. (- Lê:)

"Sr. Deputado, atendendo solicitação de V. Exa., comunicamos que o governo federal e o estadual, com a Cemig, estão dando continuidade ao programa Luz para Todos, que possibilitará o atendimento a 100% dos consumidores rurais da nossa área de concessão. Na fase inicial do programa, denominada Luz para Todos I, atendemos mais de 190 mil domicílios e estabelecimentos rurais, para demanda inicialmente estimada em 176 mil propriedades. Temos satisfação de informar que demos início às obras do Luz para Todos II, estando prevista a ligação de mais de 55 mil consumidores, e já concluímos os estudos da nova demanda identificada, em parceria com a Emater, prevendo viabilizar o Luz para Todos III até dezembro de 2010. À disposição de V. Exa., agradecemos. Atenciosamente, Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, afirmamos muitas vezes aqui que o Luz para Todos é o programa em curso hoje, em Minas Gerais, para o qual todos os Deputados acolhem demandas. Por mais urbano que seja o trabalho e o mandato de alguns dos colegas daqui, certamente eles têm pezinho no meio rural e demanda do Luz para Todos. Portanto, Sr. Presidente, consideramos que essa manifestação do Presidente da Cemig é muito vaga para o que precisamos. Na reunião da semana passada com o Vice-Governador Anastasia, que naquele momento estava investido do cargo de Governador do Estado, substituindo o Governador, que estava viajando, manifestamos-lhe essa preocupação. Solicitamos também, e estamos aguardando posição do governo do Estado, que todos possamos ir a público, com segurança, anunciar essas metas do Luz para Todos. Em várias situações, a Cemig manifestou disposição; entretanto, levamos as informações para nossas bases, e as metas foram descumpridas sistematicamente. Os calendários estabelecidos pela Cemig têm sido sistematicamente descumpridos. A esta altura, não é possível que não tenhamos segurança para levar ao público informação sobre um programa tão importante como o Luz para Todos para interiorizar o desenvolvimento. Por isso nossa insistência para que o governo discuta com a Cemig as bases, a estratégia e a condição operacional efetiva para realizar essa ação, a fim de que possamos ir a público anunciar e acompanhar esse trabalho. O senhor sabe muito bem, Sr. Presidente, pois é da área rural, que é fundamental concluirmos esse programa até o final do próximo ano. No aguardo de manifestação positiva e definitiva do governo do Estado, despedimo-nos, reconhecendo o trabalho da Cemig até aqui e os números alcançados. Lembro que, para as 125 mil pessoas que ainda não foram atendidos pelo programa Luz para Todos, não há argumento algum que as convença de que a Cemig está operando com sua capacidade. Acreditamos que a Cemig, com os indicadores e os resultados que vem apresentando, pode mobilizar energia suficiente para cumprir este calendário, que é o calendário nacional, e concluir as obras do Luz para Todos até o final de 2010. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

(Constituição Estadual, art. 73 § 3º, incluído pela EC nº 61 de 23/12/2003)

Unidade Orçamentária: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3º TRIMESTRE DE 2009

(Em reais)								
Cargo/Função	JULHO	Qtde	AGOSTO	Qtde	SETEMBRO	Qtde	Total Trimestre	Qtde Média
Membros do Poder (*)	3.206.887,57	82	2.904.261,56	82	2.886.701,00	82	8.997.850,13	82
Efetivos	17.286.777,88	1.135	12.336.969,74	1.135	12.111.934,34	1.130	41.735.681,96	1.133
Cargo de Recrutamento Amplo	11.033.135,79	2.264	8.930.133,40	2.254	9.028.618,33	2.263	28.991.887,52	2.260
Inativos	16.832.149,35	900	12.024.839,80	898	12.125.033,45	900	40.982.022,60	899
Pensionistas	146.604,56	18	104.717,59	18	104.717,59	18	356.039,74	18
SUBTOTAL	48.505.555,15	4.399	36.300.922,09	4.387	36.257.004,71	4.393	121.063.481,95	4.393
Patronal	3.639.914,38		3.591.916,77		3.593.563,29		10.825.394,44	
TOTAL	52.145.469,53		39.892.838,86		39.850.568,00		131.888.876,39	

NOTA EXPLICATIVA: Expurgo das despesas de exercícios anteriores classificadas na rubrica: 3.1.90.92

(*) Os valores relativos aos Membros do Poder referem-se às despesas de caráter remuneratório e de caráter indenizatório.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral - Maria de Lourdes Capanema Pedrosa, Diretora de Recursos Humanos - Antoninho Rodrigues Goulart, Diretor de Finanças e Informática.

DESPESAS COM PUBLICIDADE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2009

Art. 7º da Lei nº 13.768, de 1º/12/2000

Art. 17, parágrafo único, da Constituição Estadual

(Em reais)				
Agência	Julho	Agosto	Setembro	Trimestre
Asa Comunicação Ltda	67.825,35	1.899.505,31	354.396,05	2.321.726,71
Tom Comunicação Ltda	29.142,96	137.324,30	1.000,00	167.467,26
TOTAIS	96.968,31	2.036.829,61	355.396,05	2.489.193,97

Objeto: Veiculação de anúncios e publicações de matérias institucionais de divulgação do processo de elaboração legislativa e de acompanhamento de políticas públicas.

AGÊNCIA	EMPENHADO NO	LIQUIDADO NO	PAGO NO

	TRIMESTRE	TRIMESTRE	TRIMESTRE
Asa Comunicação Ltda	2.321.726,71	2.321.726,71	2.441.802,71
Tom Comunicação Ltda	167.467,26	167.467,26	493.607,13
TOTAL GERAL NO 3º TRIMESTRE/2009	2.489.193,97	2.489.193,97	2.935.409,84

Nota: não houve movimentação de restos a pagar relativa a despesas com publicidade.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário.